

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	9

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições Não Contábeis	11
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	16
3.7 - Nível de Endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras Informações Relevantes	19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	25
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	27
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	29
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	30
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	31
4.7 - Outras Contingências Relevantes	32

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	33
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	34
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	37
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	38
5.4 - Programa de Integridade	40
5.5 - Alterações significativas	42
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	44
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	45
6.3 - Breve Histórico	46
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	48
6.6 - Outras Informações Relevantes	49
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	50
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	52
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	53
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	55
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	63
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	64
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	67
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	69
7.8 - Políticas Socioambientais	70
7.9 - Outras Informações Relevantes	71
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	72
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	73

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	74
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	75
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	76
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	77
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	78
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	79
9.2 - Outras Informações Relevantes	82
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	83
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	90
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	91
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	92
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	94
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	105
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	106
10.8 - Plano de Negócios	107
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	108
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	109
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	110
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	111
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	115
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	122
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	123

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	124
12.7/8 - Composição Dos Comitês	131
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	141
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	147
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	156
12.12 - Outras informações relevantes	157

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	158
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	161
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	165
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	166
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	167
13.6 - Opções em Aberto	168
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	169
13.8 - Precificação Das Ações/opções	170
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	171
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	172
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	173
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	174
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	175
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	176
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	177
13.16 - Outras Informações Relevantes	178

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	179
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	180
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	181
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	183
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	184
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	185
15.3 - Distribuição de Capital	197
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	198
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	199
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	228
15.7 - Principais Operações Societárias	229
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	230
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	231
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	232
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	233
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	234
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	235
17.2 - Aumentos do Capital Social	236
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	237
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	238
17.5 - Outras Informações Relevantes	239
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	240

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	241
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	244
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	245
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	246
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	247
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	248
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	249
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	250
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	251
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	252
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	253
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	254

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	255
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	256
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	258

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	259
20.2 - Outras Informações Relevantes	260

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	261
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	262
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	263
21.4 - Outras Informações Relevantes	264

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fábio Barbanti Taiar

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luis Cassiano Rando Rosolen

Cargo do responsável

Diretor Presidente



DECLARAÇÃO

INDÚSTRIAS ROMI S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF nº. **56.720.428/0001-63** (Matriz), com Inscrição Estadual nº. 606.000.044.119, localizada na Avenida Pérola Byington, nº. 56, Vila Romi, CEP 13453-900, Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, por seu representante legal, o Sr. **Luiz Cassiano Rando Rosolen**, portador da Carteira de Identidade RG nº. 14.645.330-X, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF nº. 171.588.618-64 declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência do ano-calendário de 2018;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido, em nosso entendimento, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Indústrias Romi S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara d'Oeste, 31 de maio de 2019.

Luiz Cassiano Rando Rosolen
Diretor - Presidente



DECLARAÇÃO

INDÚSTRIAS ROMI S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF nº. **56.720.428/0001-63** (Matriz), com Inscrição Estadual nº. 606.000.044.119, localizada na Avenida Pérola Byington, nº. 56, Vila Romi, CEP 13453-900, Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, por seu representante legal, o Sr. **Fábio Barbanti Taiar**, portador da Carteira de Identidade RG nº. 26.427.997-9, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF nº. 275.907.618-00 declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência do ano-calendário de 2018;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido, em nosso entendimento, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Indústrias Romi S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara d'Oeste, 31 de maio de 2019.

Fábio Barbanti Taiar
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos itens anteriores.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0008-05
Data Início	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e revisão das informações trimestrais dos períodos findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2012, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 426.998,40
Justificativa da substituição	Cumprimento da Instrução CVM nº 308 - rodízio dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Francisco José Pinto Fagundes	01/01/2012	166.806.694-72	Rua José Pires Neto, 314, -, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-170, Telefone (19) 37945400, Fax (19) 37945454, e-mail: francisco.fagundes@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0008-05
Data Início	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 2014, 2015 e 2016 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, 2014, 2015 e 2016, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 467.854,00 (2013) R\$ 489.513,00 (2014) R\$ 517.894 (2015) R\$ 549.956 (2016)
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcos Roberto Sponchiado	01/01/2013	137.864.718-19	Rua José Pires Neto, 314, -, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-170, Telefone (19) 37945400, Fax (19) 37945454, e-mail: marcos.sponchiado@br.pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 e revisão especial das informações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 e de 2018, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 430.000 (2017) R\$ 554.000 (2018)
Justificativa da substituição	Cumprimento da Instrução CVM nº 308 - rodízio dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Antonio de Andrade Navarrete	25/07/2018	120.817.178-08	AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, Ed.Trade Tower, NOVA CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33230553, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com
Luis Alexandre Marini	01/01/2017	078.662.708-56	AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, Ed.Trade Tower, NOVA CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33230553, e-mail: luis.marini@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e de 2022 e revisão especial das informações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, 2021 e de 2022, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	
Justificativa da substituição	Substituição em decorrência de condições comerciais.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Paulo de Tarso Pereira Jr.	01/01/2020	212.515.168-58	AV. John Dalton, 301 -, ED 2; BL B; 1º andar, Techno Plaza Corpora, Campinas, SP, Brasil, CEP 13069-330, Telefone (19) 37073010, e-mail: ptarso@deloitte.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Conforme comunicado ao mercado em 22 de outubro de 2019, a Companhia assinou contrato de revisão das informações financeiras com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Com responsabilidade técnica a partir de 1 de janeiro de 2020 e primeiro objeto de análise as demonstrações financeiras intermediárias do 1T20.

A alteração dos novos Auditores atende ao disposto na ICVM nº 308/99 e foi motivada pela melhor proposta comercial, além das qualidades técnicas.

A Companhia informa que obteve anuência prévia dos atuais auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, em relação à substituição.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	697.603.000,00	643.500.000,00	601.532.000,00
Ativo Total	1.242.087.000,00	1.075.423.000,00	1.084.120.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	743.462.000,00	672.873.000,00	586.917.000,00
Resultado Bruto	206.379.000,00	189.637.000,00	116.996.000,00
Resultado Líquido	84.250.000,00	37.954.000,00	-39.469.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	62.857.647	62.857.647	62.857.647
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	11,098141	10,237418	9,569751
Resultado Básico por Ação	1,340330	0,603809	-0,627911

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA			
Valores em R\$ mil	2018	2017	2016
Resultado Líquido	84.250	37.954	(39.469)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.919	17.139	(8.748)
Resultado Financeiro Líquido	(41.121)	(3.828)	3.783
Depreciação e Amortização	33.286	30.255	34.385
EBITDA	79.334	81.520	(10.049)
Margem EBITDA	10,7%	12,1%	-1,7%

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Não aplicável à Companhia para os exercícios apresentados.

Do lucro líquido apurado após as deduções previstas no Estatuto Social da Companhia (artigos 43, 44 e 45), por proposta do Conselho de Administração, é retido 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal até que esse fundo atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

O Estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política da Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da Companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A Política de Dividendos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2006 e pode ser consultada no site da Companhia no menu de Investidores.

O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação da respectiva ata, nos termos do art. 54 do Estatuto da Companhia.

Em Junho de 2013 foi autorizada a Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ mil 27.762 dividido em quatro subcréditos, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos, produção de protótipos nacionais, aquisição de maquinário nacional e expansão da capacidade produtiva das plantas de usinagem, com taxas variando de 3,0%, 3,5% e TJLP + 3,77%, com carência de 18 à 24 meses e prazo de pagamento de 6 à 60 meses. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere a constituição dos seguintes covenants: (i) Índice de Capitalização: (Patrimônio Líquido Consolidado / Ativo Total Consolidado) maior ou igual a 0,30; (ii) Índice de Distribuição de Resultados: (dividendos + JSCP / Lucro Líquido do Exercício) limitado a 0,25.

A Companhia liquidou a integralidade do contrato em 19 de dezembro de 2018. Até a data de liquidação a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas acima mencionadas.

Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ mil 35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 30 meses e prazo de pagamento de 66 meses. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40 (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas dos itens acima mencionados.

A seguir os valores de retenção e distribuição do resultado nos últimos três exercícios (em reais):

	2018	2017	2016
Dividendo total distribuído (1)	42.743.199,96	8.944.839,68	-
Retenção de lucros para a reserva legal	4.200.055,47	1.883.124,14	-
Retenção de lucros para a reserva de lucros	37.057.853,99	26.834.519,05	-

(1) Os dividendos de 2017 foram aprovados em 2018 e distribuídos parcialmente em 2017 (R\$ 5.028.611,76) e 2018 (R\$ 3.916.227,92). Os dividendos de 2018 foram aprovados em 2019 e distribuídos parcialmente em 2018 (R\$ 27.028.788,21) e 2019 (R\$ 15.714.411,75).

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	79.801.053,95	35.779.358,73	-39.694.689,62
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	53,562187	25,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	11,466048	5,573378	0,000000
Dividendo distribuído total	42.743.189,94	8.944.839,68	0,00
Lucro líquido retido	41.257.919,48	28.717.643,19	39.694.689,62
Data da aprovação da retenção	19/03/2019	13/03/2018	14/03/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	27.028.788,21	29/03/2019	3.916.227,92	23/03/2018		
Ordinária	15.714.401,73	30/11/2018				
Ordinária			5.028.611,76	16/01/2018		
					0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos exercícios de 2018 e 2017 houve a distribuição de dividendos e ou juros sobre o capital próprio, representando 25,0% e 53,6%, respectivamente, do lucro líquido passível de distribuição, distribuídos entre 2018 e 2019.

	2018	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	84.001.109,42	37.662.482,87	(39.694.689,62)
(-) Constituição de reserva legal	(4.200.055,47)	(1.883.124,14)	-
Lucro passível de distribuição	79.801.053,95	35.779.358,73	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	42.743.199,96	8.944.839,68	-
Constituição de reserva de lucros	41.257.909,46	28.717.643,19	-

	2018	2017	2016
Data de aprovação da retenção dos lucros (absorção dos prejuízos)	19/03/2019	13/03/2018	14/03/2017

	2018	2017	2016
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente - Mínimo da Companhia	42.743.199,96	8.944.839,68	-

% distribuído do lucro passível de distribuição	53,6%	25,0%	0,0%
---	-------	-------	------

Nos três últimos exercícios sociais apresentados acima não foram declarados dividendos de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	544.484.000,00	Índice de Endividamento	0,78050696	
	0,00	Outros índices	0,52304821	O método utilizado para calcular o endividamento financeiro da Companhia será a divisão da soma dos financiamentos com os provedores de capital, deduzidos os valores referentes ao "Financiamento - Finame Fabricante", pelo patrimônio líquido total.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		102.547.000,00	18.229.000,00	9.491.000,00	3.718.000,00	133.985.000,00
Total			102.547.000,00	18.229.000,00	9.491.000,00	3.718.000,00	133.985.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

Descrição dos fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:**(a) Ao emissor****Defasagem tecnológica**

Para garantir a manutenção do negócio é necessário não somente expandir a base de clientes, mas também fornecer soluções de tecnologia aderentes às demandas do mercado. A estratégia da Companhia depende da capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos.

Um fator de risco é não haver sucesso na expansão das linhas de produtos, e conseqüentemente na incapacidade de manter os atuais clientes e / ou atrair novos clientes. Também não é possível garantir que os clientes migrem para concorrentes com soluções mais competitivas.

O negócio da Companhia é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono de nova tecnologia ou de novos produtos. Não há garantia que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os preços ou desempenhos desejados, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias.

Interrupção da Linha de financiamento – FINAME pode impactar o volume de vendas.

A Companhia é habilitada a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame (ao Fabricante e ao Comprador), que permite conceder linhas de crédito em condições financeiras geralmente mais vantajosas do que as oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado aos clientes.

Nesse sentido, a modificação desse programa ou determinada situação que torne a Companhia inelegível a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos concedidos aos clientes, podendo resultar na diminuição do volume de vendas.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, a Companhia figura como devedora e repassa integralmente aos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência dos clientes, a Companhia arca com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante à receita da Companhia. Dessa forma, os resultados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não haja capacidade dos clientes em honrar suas obrigações com relação ao crédito.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Comprador, o risco na tomada do recurso é do próprio cliente junto ao agente financeiro.

Falha de produtos ou produtos que não estejam adequados às especificações podem impactar a imagem da Companhia por responsabilidade civil.

A operação normal da Companhia a expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes de falha dos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa. Existe a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil.

O lançamento de novos produtos que não estejam adequados com as especificações previamente aprovadas podem levar à necessidade de reparo em campo ou um recall, ocasionando potencial perda de receita, custos para correção e possível publicidade negativa. Não há histórico de ocorrências relevantes dessa natureza na Companhia.

Indenização de seguro para situações extremas podem não ser suficientes para cobrir as perdas.

As atividades da Companhia, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela Administração para cobertura de eventuais perdas. No entanto, em situações extremas essas coberturas podem não ser suficientes.

Sucessão da Alta Administração pode ter impactos negativos nos negócios.

A adequada sucessão na Administração da Companhia é um possível fator de risco, a Companhia atua em um mercado específico e que demanda conhecimento dos executivos na condução dos negócios, se a sucessão da Alta Administração não for realizada criteriosamente, a Companhia poderá ser impactada negativamente pelos resultados não alcançados. Atualmente a maioria dos contratos firmados na contratação dos executivos incluem cláusulas de pacto de não concorrência.

Adicionalmente a Companhia mantém um processo de sucessão da Alta Administração, conduzido pelo Conselho de Administração, que é avaliado de maneira tempestiva.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo controlador

Não há outro fator de risco com relação ao controlador.

(c) A seus acionistas

Não há outro fator de risco em relação aos acionistas da Companhia.

(d) A suas controladas e coligadas

Não há outro fator de risco em relação a suas controladas.

(e) A seus fornecedores

Não há outro fator de risco em relação aos fornecedores da Companhia.

(f) A seus clientes

Não há outro fator de risco em relação aos clientes da Companhia.

(g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O aumento da concorrência no setor de atuação pode reduzir a competitividade da Companhia.

O mercado dos produtos Romi é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. A habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso se apoia no desenvolvimento de produtos, investimento em inovação, adaptação às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, além de atuação contínua na eficiência operacional com foco na gestão orçamentária.

O aumento da concorrência pode ocorrer através do aumento da capacidade produtiva de concorrentes e do surgimento de outros players no mercado, além do desenvolvimento de tecnologias ou produtos por esses competidores. Como forma de mitigar esses aspectos de risco, a Companhia investe de maneira consistente em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo que aproximadamente 4% da Receita Operacional Líquida é destinada anualmente para projetos de inovação tecnológica.

Adicionalmente, o posicionamento de concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do real frente ao dólar, ou a redução das alíquotas dos tributos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderão tornar tais concorrentes mais competitivos, impactando os preços praticados e conseqüentemente as margens operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Mudanças no cenário econômico do país podem afetar significativamente as operações. Buscando reduzir a dependência do mercado interno, a Companhia tem investido no crescimento sustentável e gradual das suas exportações. Em 2018 43% da receita consolidada da Companhia foram provenientes de vendas realizadas no mercado externo (41% em 2017).

Fatores macroeconômicos influenciam no crescimento industrial brasileiro e, conseqüentemente, nas estratégias de crescimento da Companhia.

Grande parte da carteira de clientes atual é composta por fabricantes de bens de capital e bens de consumo de itens duráveis. Assim, a expansão das atividades e a implementação dos planos de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. Cenários onde a economia brasileira deixe de crescer ou mantenha um crescimento pouco expressivo afetariam substancialmente o desempenho da Companhia.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas, nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional, prejudicando o resultado operacional e condição financeira da Companhia.

Concentração das fontes de receita em um segmento de negócios pode afetar os resultados da companhia.

A Companhia está dividida em três unidades de negócio, são elas: Máquinas Romi, Máquinas B+W e Fundidos e Usinados. A receita da Companhia, dentre suas unidades de negócio são analisadas pelo segmento de atuação de seus clientes. A Companhia entende que a concentração de receita em determinado segmento ou cliente pode afetar seus resultados.

A Companhia atua no mercado de bens de capital e de peças fundidas e usinadas, atuando nos segmentos de mercado automotivo, agrícola, bens e equipamentos, eólico, entre outros. A concentração de receitas em um determinado segmento de mercado pode afetar os resultados da Companhia caso este segmento seja afetado pela defasagem de tecnologia, crises macroeconômicas ou sanções do governo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Não há outro fator de risco em relação aos setores em que a Companhia atua.

(i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há outro fator de risco em relação aos países em que a Companhia atua.

(j) A questões socioambientais

Legislação ambiental, trabalhista e responsabilidades socioambientais

Todos os estabelecimentos da Companhia estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde do trabalhador e do meio ambiente. A Companhia efetua investimentos significativos para atender as disposições legais. Alterações significativas nessas legislações podem aumentar os custos do cumprimento e conseqüentemente provocar reduções em outros investimentos estratégicos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Descrição dos fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

(a) Risco de taxa de câmbio:

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “hedge” natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos e financiamentos de exportação.

(b) Risco de crédito:

Advém da possibilidade da Companhia e as suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia e as suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de Finame fabricante é exigida garantia real dos clientes.

Existem indicadores monitorados pelo Conselho de Administração de modo a acompanhar o nível de inadimplência da carteira e constituição das estimativas de perdas contábeis.

(c) Risco relacionado às operações de Finame fabricante:

Os passivos relacionados às operações de Finame fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse Finame fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Existe uma dependência significativa da linha de financiamento FINAME (Fabricante e Comprador) no processo de comercialização. Na eventualidade da extinção dessa linha, o financiamento passaria a ser efetuado através de bancos privados, à taxa de mercado e a Companhia deixaria de usufruir desse diferencial competitivo.

(d) Risco de gerenciamento de capital:

Advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Tais Limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A boa avaliação de crédito da Romi junto aos bancos também é necessária para financiamento de projetos de investimento, do capital de giro e outros.

(e) Risco de liquidez:

A política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

R\$ mil	Consolidado			
	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Financiamentos	102.547	18.229	9.491	3.718
Fornecedores	44.261			
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos	74.170	33.578	12.543	945
Fornecedores	33.802			
Em 31 de dezembro de 2016				
Financiamentos	99.435	55.362	13.630	31.346
Fornecedores	34.482			

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos não sigilosos relevantes

Somos parte em ações judiciais nas áreas trabalhista, cível e tributária:

Processos Trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos trabalhistas com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de R\$ mil 6.388.

Os processos trabalhistas em que figura a Companhia como reclamada, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

Processos Cíveis:

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos cíveis com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 7.138.

Os processos cíveis em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

Processos Tributários:

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos tributários com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 91.639.

Os processos tributários em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes objetos:

(i) Compensação com Saldo negativo de IRPJ; (ii) Crédito de IPI; (iii) Contribuição Previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (iv) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS.

Atualmente, em razão dos valores envolvidos, a Companhia possui apenas um processo relevante, conforme discriminado a seguir:

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Juízo: 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Instância: 3ª Instância - Supremo Tribunal Federal - STF.

Data de distribuição: 24/10/2006.

Partes no processo: A autora do processo é a Indústrias Romi S.A. e a Ré é a União Federal.

Valores, bens ou direitos envolvidos: Mandado de segurança que visa, em linhas gerais, excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Principais fatos: Liminar concedida para autorizar a realização de depósitos judiciais dos valores de PIS e COFINS com a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Saldo provisionado até 31/12/2018: R\$ mil 57.865

Probabilidade de perda: Provável

Sentença: Parcial procedência para autorizar o depósito judicial dos valores, com a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Recurso de apelação: Romi e União Federal. Negado provimento à Apelação de ambos.

Recurso Extraordinário: Romi em face da União Federal interposto em 14/10/2011.

Tendo sido sobrestados, os Recursos sobre esta matéria até o dia 21/09/2017.

Em Juízo de Retratação, em 23/01/2018, deu provimento à Apelação da Romi, aplicando o entendimento do STF ao apreciar o RE nº. 574.706/PR, para reconhecer o direito da impetrante à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como o direito à compensação dos valores indevidamente pagos, observada a prescrição quinquenal e o disposto no art. 170-A do CTN, nos termos da fundamentação.

Após negativas aos Recursos interpostos pela União, restou transitado em julgado este processo em, 21/02/2019.

Autos baixaram a vara de origem, tendo sido intimadas, as partes, para requererem o que de direito no prazo de 10 dias, inclusive a solicitação do levantamento dos valores depositados.

Probabilidade de perda: Remota.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. Estes valores estão provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ mil 3.039, R\$ mil 3.383 e R\$ mil 4.204, 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, nos montantes de R\$ mil 3.349, R\$ mil 3.302, R\$ mil 562, 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

Já os processos cíveis em que figura a Companhia como ré tem como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. Estes valores estão provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ mil 332, R\$ mil 1.986 e R\$ mil 2.176, 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, nos montantes de R\$ mil 6.806, R\$ mil 3.270, R\$ mil 5.009, 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

E, quanto aos processos tributários em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes objetos: (i) Compensação com Saldo negativo de IRPJ; (ii) Crédito de IPI; (iii) Contribuição Previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (iv) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. Estes valores estavam provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ mil 57.916, R\$ mil 54.598 e R\$ mil 51.278, 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

A Companhia foi constituída de acordo com a legislação brasileira e possui os seus valores mobiliários listados na bolsa de seu país de origem.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui os seguintes órgãos e estruturas de controle de gerenciamento de fatores de risco:

1. Órgãos:

1.1. Ligado aos Acionistas

- Conselho Fiscal – fiscalização de atos administrativos sob aspectos legais e estatutários, incluindo fraudes, erros, crimes; exame e manifestação sobre DFs e certas operações financeiras e societárias.
- Auditoria Independente Ernst & Young – exame das DFs da Companhia e subsidiárias de acordo com as regras contábeis nacionais e internacionais

1.2. Ligados ao Conselho de Administração:

- Auditoria Interna – equipe mista PwC e Romi - gestão dos riscos e avaliação dos controles de todos os processos da Companhia e Subsidiárias
- Comitê de Auditoria e Riscos – composto por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tem como objeto supervisionar os trabalhos da Auditoria Interna, examinar os trabalhos da Auditoria Independente, incluindo Demonstrações Financeiras, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos

1.3. Ligados à Diretoria Executiva

- Comitê de Ética e Conduta Empresarial - promover o cumprimento do Código de Ética e de Conduta Empresarial ROMI, do Estatuto Social e da Legislação em geral, com relação aos seus aspectos éticos, nos termos de seu Regimento Interno.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

2. Estruturas / Políticas:

- Departamento Jurídico - zelar pelo cumprimento da Lei, Estatuto Social, Código de Ética e de Conduta Empresarial, Políticas Internas e pelas boas práticas de governança corporativa, mensurando e avaliando riscos à Companhia; dar suporte aos acionistas, Conselhos, Diretoria, Comitês e Auditoria.
- Canal de Denúncia Ética – sistema disponível na internet para receber denúncias que tratem de desvios de conduta, com base no Código de Ética, endereçando ocorrências à Auditoria Interna e Comitê de Ética e Conduta Empresarial.
- Código de Ética – conjunto de normas de conduta com base nos valores éticos da Romi
- Política Anticorrupção – baseada na Lei Anticorrupção e normativos internos reafirmando o compromisso da Romi no combate a corrupção
- Política de Transação com Partes Relacionadas – voltada para regulamentar e sistematizar as transações com partes relacionadas.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

O processo de gestão de riscos na companhia abrange todos os riscos que possam impactar os ativos e patrimônio da empresa, tendo como princípio:

1. Preservar o valor perante os acionistas;
2. Promover a transparência e comunicação;
3. Auxiliar o desenvolvimento contínuo dos padrões de governança corporativa;

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos busca estabelecer a gestão de riscos como parte da cultura empresarial das Indústrias Romi S.A., associando a gestão de riscos com o plano estratégico, antecipando-se as ameaças que podem afetar os objetivos estratégicos, financeiros, operacionais ou de conformidade. Visando a garantia de autonomia e de segregação de função no gerenciamento de riscos, distingue-se os tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento, a Auditoria Interna como membro independente deste processo reporta os riscos ao Comitê de Auditoria e Riscos e endereça aos Gestores de cada área de negócio, conforme a relevância dos riscos identificados buscando o gerenciamento a um nível aceitável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos assessora o conselho de administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos garantindo que as diretrizes sejam seguidas. A Diretoria Executiva se compromete com a gestão dos riscos, alocando os recursos necessários ao processo e aprova as normas específicas para o cumprimento das diretrizes e do processo de gestão de riscos. A auditoria interna fornece ao Comitê e a Diretoria Executiva avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos as operações da companhia.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nas Indústrias Romi S.A. a gestão de riscos aplica-se a todos os níveis organizacionais que participam do processo de gestão de riscos, direta ou indiretamente. Cabe os gestores de cada processo garantir a confiabilidade de seus controles e processos, adotando políticas específicas como forma de mitigar os riscos inerentes ao processo, bem como, a Auditoria Interna validar de forma independente, a efetividade das políticas e dos controles. A Companhia entende que a estrutura, seus controles e suas atividades estão aderentes na avaliação das políticas e dos procedimentos, mitigando e se prevenindo na detecção de fraudes e erros, bem como, se esforça para aprimorar continuamente seus processos e controles.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

As informações desse item estão contempladas no item 5.1 deste documento.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios contábeis aplicados ao negócio. Para avaliação desses controles, a companhia possui o Departamento de Auditoria Interna e também utiliza o “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos” elaborado pelo auditor independente, em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, foi emitido sem apontar deficiências significativas.

Com base nos controles mapeados pela Auditoria Interna, levando-se em conta as práticas de mercado, percepções da alta administração e da revisão do Plano de Auditoria com foco em riscos foram estabelecidos ciclos de processos a serem controlados e auditados internamente.

De maneira geral, os ciclos de processos auditados obedecem a seguinte ordem:

Objetivo: O enfoque das análises é verificar a conformidade dos procedimentos e controles internos aos normativos definidos pela administração;

Análise dos Processos: Utilização de técnicas de análise, melhoria de processos e obtenção de evidências para obter um detalhado entendimento dos controles;

Identificação dos Riscos e Controle: Identificação dos riscos e controles internos existentes, observando as políticas, normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia;

Análise do desenho e testes dos controles internos: Realização de teste de desenho dos controles, verificando se estão projetados adequadamente para prevenir e detectar ocorrências de riscos adversos e verificar se os controles desenhados estão efetivamente aplicados nas operações e transações, através de testes documentais, análise de dados e controles informatizados.

Discussão dos pontos: Apresentação dos pontos aos gestores durante a realização das análises e ao final do trabalho;

Reporte dos Resultados: Formalizar os resultados em relatório baseado em evidências orientado ao negócio promovendo recomendações efetivas e baseadas em riscos, ao conselho de Administração e ao comitê de auditoria e diretoria de forma clara e assertiva.

Follow-up: Acompanhamento da realização dos planos de ação definidos pelos gestores para mitigar os riscos descritos nos relatórios de auditoria.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

O modelo utilizado para o gerenciamento de riscos e controles das Indústrias Romi S.A. se baseia nas três linhas de defesa, onde o controle da gerência que tem propriedade sobre os riscos é a primeira linha de defesa, as diversas funções de controle e riscos e supervisão de conformidade são a segunda linha de defesa e a avaliação independente realizada pela Auditoria Interna é a terceira. Os órgãos de governança (Comitês) e a alta administração são as principais partes interessadas e devem suportar as três linhas de defesa para que seja aplicado o gerenciamento dos riscos e controles da organização.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria de Relação com Investidores é a área responsável pelas demonstrações financeiras, tendo como suporte direto o Departamento de Controladoria na elaboração, em concordância com as normas contábeis aplicáveis, garantindo o funcionamento dos controles para a divulgação externa dos resultados. Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes órgãos que servem para apoiar seu processo de controle: (i) Comitê de Auditoria e Riscos, (ii) Conselho Fiscal, e (iii) Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Diretoria de Relação com Investidores, junto ao Departamento de Controladoria recebem anualmente o “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos” elaborado pelo auditor independente, e em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, foi emitido sem apontar deficiências significativas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O relatório de recomendações para aprimoramento dos controles internos é avaliado pelo Diretor de Relação com Investidores que define quais ações serão tomadas para a implementação das recomendações da auditoria independente. Posteriormente, a auditoria interna toma conhecimento das recomendações e em seguida, este relatório é submetido a validação do Comitê de Auditoria e Riscos, que dá o parecer a respeito das ações a serem executadas, bem como, sobre as recomendações realizadas.

5.4 - Programa de Integridade

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, a fim de promover o cumprimento do Código de Ética da Companhia (<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/codigo-de-conduta/>), aprovado em 02/08/2006, bem como, zelar pelo cumprimento do seu Estatuto Social e orientar os seus colaboradores sobre os seus padrões éticos e morais.

O referido Código de Ética é aplicado a todos os administradores, empregados, estagiários, subsidiárias e sociedades controladas da Companhia.

Adicionalmente, foi aprovado o Canal de Denúncia Ética, o qual é controlado internamente, disponível no site da Companhia para todo o público, havendo a possibilidade de manter o anonimato, não se limitando apenas aos funcionários da Companhia. As denúncias são submetidas ao departamento de Auditoria Interna e ao Comitê de Ética para análise e, se comprovadas, serão obrigatoriamente reportadas ao Conselho de Administração da Companhia.

Além da constituição do comitê acima mencionado, a Companhia possui Política de Combate à Corrupção (<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-anticorruptao/>), que tem por objetivo assegurar o compromisso da Companhia com os princípios de governança corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

A política é aplicável aos empregados, membros da administração e conselho fiscal, fornecedores, prestadores de serviço, representantes comerciais e quaisquer terceiros que atuem em nome da Companhia.

O descumprimento da Lei Anticorrupção, bem como, da Política de Combate à Corrupção da Companhia e do Código de Ética é passível de penalidades civis, criminais, administrativas e medidas disciplinares.

Além das sanções previstas em lei, o Colaborador, pessoas físicas ou jurídicas relacionadas a este, que, direta ou indiretamente, descumprirem ou incentivarem o descumprimento de qualquer regra anticorrupção, estão sujeitos a penalidades a serem aplicadas pela Romi, incluindo rescisão contratual, a critério da Romi, independente de aviso prévio, sem qualquer ônus à Romi e sem prejuízo da aplicação de perdas e danos e multa prevista no referido contrato.

Os riscos são constantemente avaliados, com base nos planos de auditoria anuais, e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas conforme a necessidade.

Esporadicamente os colaboradores da companhia são treinados em relação ao código de ética e às demais normas relacionadas ao tema.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas, observando-se que a última aquisição da Companhia, referente à subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH, foi realizada em 2011.

5.5 - Alterações significativas

O Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre a constituição de Comitês de Assessoria ao Conselho de Administração, a seguir descritos, cujo principal objetivo é acompanhar o andamento dos planos da Companhia e o alcance de suas metas, apresentando pareceres e recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre os assuntos discutidos:

Constituídos em 28/04/2015:

(i) Comitê de Acompanhamento Econômico

Objeto:

Aprimorar o sistema de informações de gestão (SIG), gerar valor à Companhia e tratar dos seguintes temas: Orçamentos de Receitas, Custos e Despesas; Investimentos; Custo Padrão; Preços de Transferência; Preços de Venda; Margens; Inflação Romi; Programa de Produção; Níveis de Estoque; Capital de Giro; PDD; Projeções de Resultados.

(ii) Comitê de Auditoria e Riscos

Objeto:

Orientar e supervisionar os trabalhos de Auditoria Interna (grau de reporte compartilhado com CEO); Auditoria Externa; Demonstrações Financeiras; Controles Internos; Gestão de Riscos Corporativos.

(iii) Comitê de Fundidos e Usinados

Objeto:

Desempenho operacional, financeiro e comercial; Investimentos.

(iv) Comitê Imobiliário

Objeto:

Desinvestimento de imóveis não estratégicos; Constituição de subsidiária integral imobiliária.

(v) Comitê de Máquinas-Ferramenta

Objeto:

Análise e acompanhamento operacional, comercial, financeiro, tecnológico e estratégico do segmento de produtos Máquinas-Ferramenta; Recursos técnicos e humanos de engenharia de MF; Desenvolver a cooperação com a B+W.

(vi) Comitê de Recursos Humanos

Objeto:

5.5 - Alterações significativas

Recrutamento, preparação e planos de sucessão de Diretores e funcionários estratégicos; Avaliação do CA e Diretoria; Remuneração do CA, Diretoria e CF.

Constituído em 08/12/2015:

(vii) Comitê de Máquinas para Plásticos

Objeto:

Análise e acompanhamento operacional, comercial, financeiro, tecnológico e estratégico do segmento de produtos Máquinas para Plásticos; Recursos técnicos e humanos de engenharia de MP.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia está empregando esforços para o aprimoramento das funções de Compliance, Controles Internos e Gestão de riscos. O projeto tem como objetivo aumentar a maturidade da governança corporativa através da integração das linhas de defesa no gerenciamento de riscos corporativos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	19/04/1938
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações, de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI". Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de cerca de 160 mil unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado aproximadamente 30 mil máquinas.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-ISETTA, de 1956 a 1961.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 10.500 acionistas.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual de 2.900 máquinas, a linha de produtos da Romi constitui-se de tornos universais, tornos CNC, centros de torneamento, centros de usinagem, tornos pesados e extrapesados, injetoras e sopradoras para plásticos, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e demais produtos, cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Companhia possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo, com capacidade de fundir aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Companhia possui treze unidades fabris, sendo onze em Santa Bárbara d'Oeste-SP e duas na Alemanha. Possui 7 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha, México e duas subsidiárias indiretas, uma na China e uma nos EUA, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9001, atualmente na revisão 2015, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001,

6.3 - Breve Histórico

atualmente na revisão 2015. Em setembro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação IATF 16949, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

Em março de 2007, conforme as práticas de governança corporativa, a Companhia passou a ter suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo –B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados foram utilizados para a realização de investimentos voltados ao aumento da eficiência da Companhia, beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

Em abril de 2009, deu início às atividades da nova fundição, destinada para produção de peças de grande porte destinadas especialmente ao setor de energia (eólica).

Em junho de 2010, a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas, e também comemorou seus 80 anos de atuação, pioneirismo e inovação.

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”), importante e tradicional fabricante alemã de

máquinas-ferramenta. A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados. A Romi tem adicionado produtos B+W ao seu portfólio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha. Em 2017, a B+W lançou a linha de centros de usinagem horizontal MCC, primeiro projeto desenvolvido em conjunto com a Romi.

Desde 2014, a Romi tem investido em tecnologias alinhadas com as perspectivas da Indústria 4.0. Seja na aquisição de tecnologias para o seu processo produtivo, como o Sistema Flexível de Manufatura (FMS) composto por 3 centros de usinagem B+W e o estoque automatizado de peças (MINI LOAD), ou no desenvolvimento de novos produtos, como as novas gerações das Linhas ROMI D e GL, e a Linha Hybrid, que combina as operações de usinagem e manufatura aditiva (impressão 3D metálica)

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

A Companhia não tem ciência de nenhum pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Romi é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, energia eólica, entre muitos outros.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio, a saber:

A Unidade de Negócio Máquinas Romi, que congrega as linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 2.000 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros). Em 2018 essa unidade foi responsável por 49% do faturamento consolidado da Companhia.

A Unidade de Máquinas Burkhardt + Weber, cujos produtos são fabricados na subsidiária alemã, destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Em 2018 essa unidade foi responsável por 27% da receita consolidada da Companhia.

A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg, tendo contribuído com 24% da Receita Operacional Líquida Consolidada de 2018.

Além da Controladora (Indústrias Romi SA), o grupo Romi é composto por mais 13 empresas:

A Romi Machine Tools Ltd. comercializa máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.

A Romi Europa GmbH, empresa constituída na Alemanha, é responsável pela comercialização de máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica em parte do mercado europeu, além de deter a totalidade do capital social da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"). A B+W produz e comercializa centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.

A Romi Itália S.r.l, junto com suas subsidiárias situadas no Reino Unido, Espanha e França, comercializa máquinas ferramenta e máquinas para processamento de plástico, peças de reposição e assistência técnica no mercado europeu.

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear participação em exposições e feiras.

A Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. é uma subsidiária registrada no Brasil possui e administra imóveis e outros recursos próprios.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Rominor Empreendimentos, subsidiária também registrada no Brasil, é uma sociedade para participação em empreendimentos imobiliários.

A IRSA Máquinas México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização de máquinas para plástico e máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica no mercado mexicano.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento.

a - Produtos e serviços comercializados

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

Máquinas Romi: Composta pelas linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 2.000 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros).

Máquinas Burkhardt + Weber: Produtos fabricados na subsidiária alemã, onde se destacam os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros.

Fundidos e Usinados: Capaz de produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg.

b - Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

	R\$ mil		
Unidade de Negócio	2.018	2.017	2.016
Máquinas Romi	366.017	292.633	262.982
<i>% participação na ROL</i>	<i>49,2%</i>	<i>43,5%</i>	<i>44,8%</i>
Máquinas Burkhardt + Weber	200.832	165.980	114.861
<i>% participação na ROL</i>	<i>27,0%</i>	<i>24,7%</i>	<i>19,6%</i>
Fundição e Usinados	176.613	214.260	209.074
<i>% participação na ROL</i>	<i>23,8%</i>	<i>31,8%</i>	<i>35,6%</i>
Receita Operacional Líquida	743.462	672.873	586.917

c - Lucro ou prejuízo operacional resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A Companhia não apura atualmente o resultado líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada somente até o resultado operacional e está demonstrada a seguir:

	R\$ mil			
Lucro (Prejuízo) Operacional	Máquinas Romi	Máquinas B+W	Fundidos e Usinados	Total
2018	48.281	(4.532)	2.300	46.048
2017	19.925	8.024	23.318	51.267
2016	(41.939)	(8.786)	6.291	(44.434)

(a) Características do processo de produção

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas Romi, a de Máquinas Burkhardt+Weber e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em treze unidades fabris, sendo onze em Santa Bárbara d'Oeste - SP e duas na Alemanha na cidade de Reutlingen.

Os processos básicos de fabricação são fundição, usinagem, chaparia, montagem eletroeletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de Máquinas Romi e Máquinas B+W, o desenvolvimento do produto é realizado por equipes próprias a partir de tecnologia desenvolvida internamente e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado também por equipes próprias e os componentes "mecânicos" são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes "não mecânicos" são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, são realizados (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de subsistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade são realizadas ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. A Companhia recebe o desenho e especificações suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça e toda produção de peças fundidas a partir de ferro fundido são desenvolvidos internamente. Os ferramentais para fundição e usinagem, processos de acabamento, processos de usinagem e processos de pintura são realizados internamente ou realizados no mercado local.

A fundição conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 450 kg e alta produção, e linhas semi-automáticas e manuais, para lotes menores e peças de até 15 toneladas de peso. A fundição também conta com uma linha de moldagem, para peças de até 40 toneladas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de diversas patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia ao longo de sua existência. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo vigente atualmente contrato de transferência de tecnologia relacionado à Mandrilhadoras.

Os conceitos de qualidade fazem parte das estratégias de produção da Companhia. Desde 1994 a Romi está certificada na norma ISO 9001 de Sistema de Gestão da Qualidade, cujo escopo contempla todas as unidades fabris. O certificado foi mantido desde então e atualizado para nova versão da norma (ISO 9001:2015). Em agosto de 2005, a Companhia foi certificada pela norma internacional ISO 14001. O certificado foi mantido e atualmente está na mais recente versão: ISO 14001:2015. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões. Em 2018 foi concluída a migração para IATF 16949, que substituiu a ISO/TS. Desde então a Romi possui a certificação na versão atualizada da norma de Sistema de Gestão da Qualidade para as Organizações de Produção Automotiva e de Peças de Reposição (IATF 16949:2016).

A Companhia pratica uma consistente gestão de riscos e possui apólices de seguros nacionais e internacionais, com cobertura suficiente para mitigação de riscos inerentes aos negócios.

(b) Características do processo de comercialização

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de maior proximidade e interação com seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de “vendas diretas”, sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade específica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, a Romi vende uma solução completa para os clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

- i. Cobertura em todo o território nacional, seja por filial de vendas ou vendedores e técnicos de serviços residentes, todos empregados da Companhia.
- ii. Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema turn key, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, lay out da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- iii. Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI – Romi Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Existe também uma equipe, não só para o treinamento dos os técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.
- iv. Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame.

Em termos promocionais dos produtos, a Companhia participa anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo a FEIMEC, PLÁSTICO BRASIL E EXPOMAFE. Estes três eventos, conhecidos mundialmente, ocorrem no *São Paulo Expo Exhibition and Convention Center*, na cidade de São Paulo. Estas feiras ocorrem sempre no primeiro semestre, alternando a cada dois anos (FEIMEC anos pares e PLÁSTICOS BRASIL/EXPOMAFE anos ímpares). Além disso a Companhia está presente nas principais feiras internacionais, incluindo as feiras AMB, EMO e FEIRA K, que ocorrem na Alemanha e a IMTS que ocorre no EUA.

A empresa conta com treze unidades fabris, sendo quatro de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, quatro de usinagem de componentes mecânicos, duas para fabricação de componentes de chapas de aço e uma planta para montagem de painéis eletrônicos. Dessas, onze estão localizadas no Brasil e duas na Alemanha. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais e de fundidos é de, respectivamente, cerca de 2.900 unidades e 50.000 toneladas por ano. Além das duas unidades fabris na Alemanha, possui 9 subsidiárias de vendas, localizadas nos EUA, Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Espanha, México e 2 controladas indiretas, uma na China e outra nos EUA, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Disponível em <http://www.romi.com/romi-no-mundo/>

(c) Características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Mercado Interno:

A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, com abrangência em todo o território nacional.

Mercado Externo:

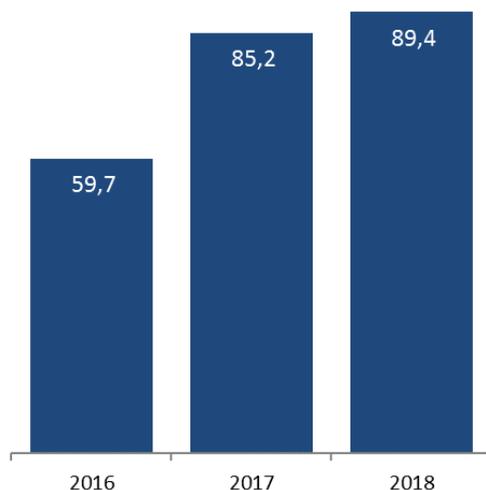
Para a unidade de negócios Máquinas Romi, a Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies. Na América do Norte a Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools e no México (IRSA Máquinas México). Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição dos produtos, além de subsidiárias de vendas na Itália, Espanha, França e Reino Unido.

Já para a Unidade de Negócio Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”), empresa mundialmente reconhecida pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, onde destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Essa operação oferece máquinas premium produzidas na Alemanha para seus clientes na América do Sul e do Norte, produtos esses vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China e EUA, por meio de subsidiárias exclusivas.

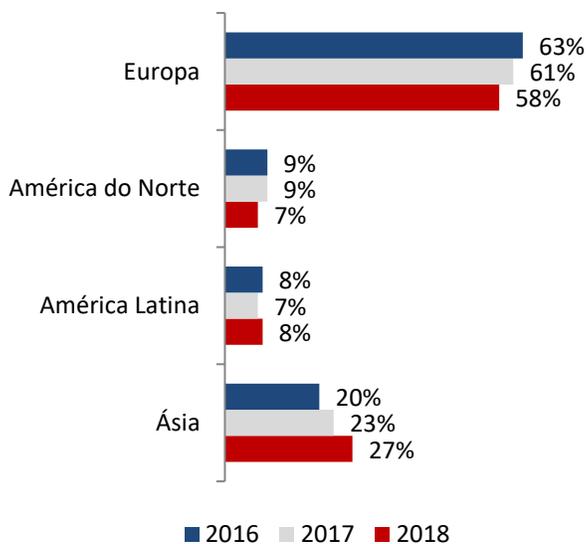
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 2018, as receitas oriundas do mercado externo representaram 43% (US\$ 84 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 41% (US\$ 86 milhões) em 2017. Neste período, a Europa representou 58% (61% em 2017), a América do Norte representou 7% (9% em 2017), a América Latina 8% (7% em 2017) e a Ásia 27% (23% em 2017).

Receita Mercado Externo - USD Mil



As principais regiões onde a Romi vende seus produtos estão representadas no gráfico a seguir.



Processo Competitivo:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O setor de Máquinas Romi é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essa unidade de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

A Companhia dispõe de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados a Romi também está inserida em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Os maiores competidores no setor de Máquinas Romi são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, os maiores concorrentes são Companhias nacionais.

Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas Romi, na categoria de máquinas-ferramenta pode-se citar a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda., Heller Máquinas Operatrizes Ltda e a B Grob Brasil S/A. Dentre os principais concorrentes estrangeiros no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas-ferramenta, pode-se citar as japonesas Yamazak Mazak Corporation, DMG-Mori, Okuma Corporation.. Além destas, pode-se citar as Coreanas Hyundai - WIA Machine Corporation e Doosan Infracore Machine Tools (Coreia) e a Haas Automation, Inc (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian do Brasil Ltda., Battenfeld do Brasil Ltda., Engel do Brasil Ltda., Arburg Ltda., Milacron do Brasil Ltda., Sumitomo/Demag do Brasil, Simco (Log), Pavan Zanetti (Haixing). Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian, Yzumi, Arburg, Chen Hsong, Krauss Maffei, Demag Sumitomo, Cheng Hsong, Engel, BMB, Borsche, Log Machine, Bole (Eurostec).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas sopradoras, pode-se citar Uniplas Indústria Comércio Importação e Exportação de Máquinas e Plásticos Ltda, J.B. Lemanski & Cia Ltda (JBL PET), Multipet Sopradoras, Pavan & Zanetti, Pintarelli e Multipack. Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de Máquinas Romi na categoria de sopradoras, pode-se citar Pavan & Zanetti, Sidel, Techne, Magic e vários representantes com máquinas chinesas.

Fundidos e Usinados: A Romi é também um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 4% do mercado nacional, nos segmentos onde atua, exceto no segmento Eólico, onde a Companhia detém aproximadamente 50% do mercado. As peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, agrícola, construção e mineração, de energia eólica e de bens de capital. Dentre os principais concorrentes nacionais no

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

setor de fundidos e usinados, pode-se citar a BR Metals, Fundimisa, Castertech, Fundimig, Fundituba, Hubner, Intercast, Lepe, Schultz, Tupy, Moreno, Wetzels, Teksid, Farina, L. Alberti e WHB.

(d) Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas:

Não há.

Sazonalidade de Produtos:

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas no início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as atividades da Companhia e é responsável por aproximadamente 67% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de insumos é realizado por mais de 2.000 fornecedores. Cerca de 46% das matérias-primas e insumos comprados são importados, principalmente dos EUA, Alemanha e Taiwan, os demais 54% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não há dependência de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Os custos são continuamente analisados e os preços de insumos utilizados na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros frequentemente monitorados.

Segue abaixo tabela com os principais fornecedores:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
FANUC FA AMERICA CORP.	Estados Unidos	CNC e Servo-Motores
FOSECO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	São Paulo - SP	Resinas e Insumos para Fundição
BOSCH REXROTH LTDA	Atibaia - SP e Pomerode - SC	Componentes Hidráulicos e Mecânicos
SIEMENS AG	Alemanha	CNC e Servo-Motores
NAVARRO COM FERROS E METAIS LTDA	São Paulo - SP	Sucatas para Fundição
MALCON METALURGICA LTDA	Americana - SP	Itens de chaparia
COM. DE SUCATAS NARCISO LTDA	Santa Bárbara d'Oeste - SP	Sucatas para Fundição
DUPLOMATIC AUTOMATION SRL	Itália	Torres e Suportes de Ferramentas
NSK DO BRASIL IND COM ROL	Suzano - SP	Rolamentos
JCF METALURGICA LTDA	Piracicaba - SP	Rebarbação de peças da Fundição
METALSIDER LTDA.	Cachoeira Betim - MG	Ferro Gusa
ZHEJIANG HUAYE PLASTICS M	China	Parafuso e Cilindro Plastificador
MONTE MOR REBARBAÇÃO E JATEAMENTO DE METAL LTDA	Monte Mor - SP	Rebarbação de peças da Fundição
IRON & STEEL ACABAMENTO DE FUNDIDOS LTDA	Nova Odessa - SP	Rebarbação de peças da Fundição
HIWIN TECHNOLOGIES CORP	Taiwan	Fusos e Guias de Esferas

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil é realizada através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Atualmente a Companhia conta com aproximadamente 2.000 clientes ativos na unidade de negócio de Máquinas Romi, mais de 12.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e aproximadamente 70 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. São considerados clientes ativos aqueles que compraram algum produto nos últimos 5 anos.

O quadro a seguir demonstra a participação da carteira de clientes na receita operacional líquida da Companhia:

Carteira de Clientes	% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2018
10 maiores	27,3%
20 maiores	39,3%
50 maiores	51,9%
100 maiores	59,0%
200 maiores	66,3%
500 maiores	78,1%

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita operacional líquida total.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todas as unidades produtivas são inspecionadas e licenciadas pela autoridade competente, para a expedição do respectivo alvará (licença de funcionamento).

Na data deste Formulário de Referência, todos os estabelecimentos da Companhia estavam devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estavam sujeitos. São mantidos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros dos produtos em vigor.

(b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os Administradores como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas a serem aplicadas conforme legislação vigente, suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

A Romi procura executar todas as atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

O Sistema de Gestão Ambiental é submetido à auditoria da ABS Quality Evaluation, para a certificação pela ISO 14001 versão 2015, tendo sido certificado pela primeira vez em 12 de agosto de 2005 e recertificado em 9 de junho de 2017, para as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Os gastos totais com meio ambiente no ano de 2018, 2017 e 2016 foram respectivamente R\$ 957 mil, R\$ 833 mil e R\$ 853 mil.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia tem como filosofia a melhoria contínua de seus processos, para tanto se compromete com a qualidade de seus produtos e serviços, tendo como objetivo principal assegurar a satisfação de seus clientes, razão pela qual mantém sua competitividade e crescimento.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os Departamentos de Engenharia de Produtos e suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos são responsáveis pelo processo de desenvolvimento tecnológico, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Tais departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio da Companhia, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia.

Além do desenvolvimento próprio, a Companhia possui em seu acervo tecnológico acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Atualmente, a Companhia possui 9 patentes em vigor, sendo 2 no Brasil e 7 no exterior, além de uma patente requerida no Reino Unido; e o registro de 17 marcas no Brasil e de 36 no exterior.

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados no Brasil para os anos de 2018, 2017 e 2016 estão evidenciadas no quadro a seguir.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

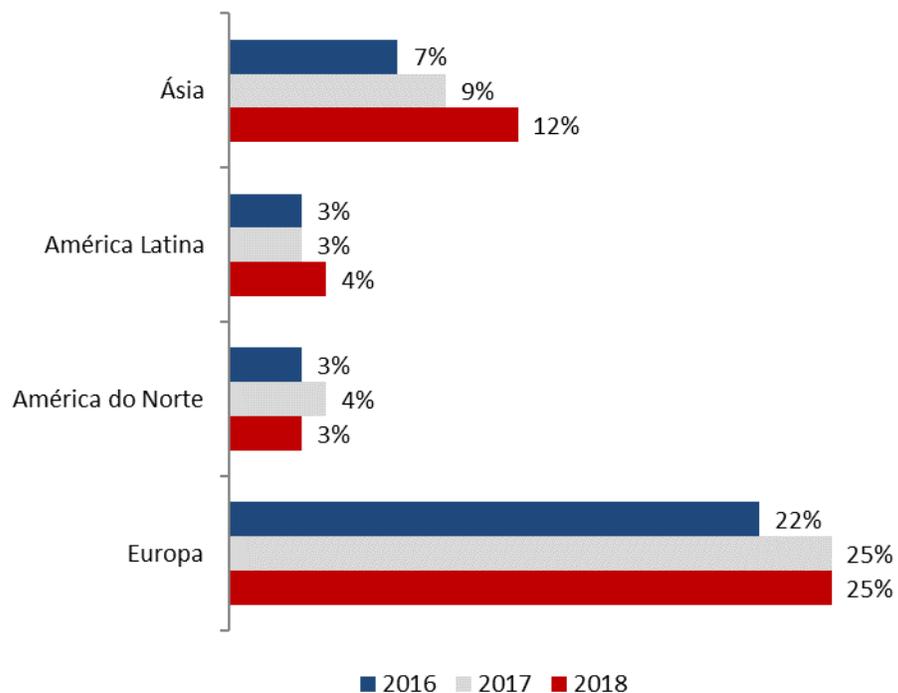
A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados em países estrangeiros para os anos de 2018, 2017 e 2016 estão evidenciadas no quadro a seguir.

Mercado	2.018	2.017	2.016
Mercado Interno	416.841	401.095	378.595
<i>% participação na ROL</i>	<i>56,0%</i>	<i>59,6%</i>	<i>64,5%</i>
Mercado Externo	326.621	271.778	208.322
<i>% participação na ROL</i>	<i>44,0%</i>	<i>40,4%</i>	<i>35,5%</i>
Receita Operacional Líquida	743.462	672.873	586.917

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

	2018	2017	2016
Europa	25%	25%	22%
América do Norte	3%	4%	3%
América Latina	4%	3%	3%
Ásia	12%	9%	7%
Mercado Externo	44%	41%	35%

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior Distribuição da receita no mercado externo



7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia obedece a regulação pertinente aos produtos que ela comercializa em diferentes países.

Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

7.8 - Políticas Socioambientais

Em relação a políticas socioambientais, indicar:

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia se preocupa e toma as ações necessárias para minimizar os possíveis impactos de suas operações sobre o meio ambiente, economia e sociedade civil. Porém, não possui um Relatório Anual de Sustentabilidade de acordo com as metodologias existentes atualmente, sendo as informações controladas e divulgadas conforme necessidade e definição em procedimentos internos.

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

Nos períodos apresentados não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante alheio a operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alteração na condução de negócios para os exercícios apresentados.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não há contratos considerados relevantes no último triênio.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia decidiu com base na conclusão dos trabalhos de revisão e adequação da averbação das matrículas das suas propriedades, assim como nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedades para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimentos são de R\$13.500, R\$13.500 e R\$13.227, respectivamente 2018, 2017 e 2016, na controladora e R\$18.398, R\$18.602 e R\$17.538, respectivamente 2018, 2017 e 2016, no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$44.982, R\$51.357 e R\$50.245, respectivamente 2018, 2017 e 2016 na controladora e R\$139.764, R\$147.194 e R\$138.807, respectivamente 2018, 2017 e 2016 no consolidado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Máquinarios e equipamentos industriais	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Própria
Terrenos com edificações, plantas industriais Romi Brasil	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os itens referentes a este formulário estão representados integralmente no item 9.2 Outras inf. – relev. – Ativos Relev.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-180,860534	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-545.000,00		
31/12/2017	-39,875112	0,000000	0,00					
31/12/2016	-8,106205	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia no México.								
Romi A.L. S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Representação comercial para a América latina.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	26,918690	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	7.789.000,00		
31/12/2017	6,786149	0,000000	0,00					
31/12/2016	-8,078771	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Representação comercial para a América latina.								
Romi Europa GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha			Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania e participação em empresas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	6,234816	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	108.010.000,00		
31/12/2017	19,577771	0,000000	0,00					
31/12/2016	-25,853357	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
É estratégico para a Companhia manter uma assistência técnica permanente para seus clientes nos continentes referenciados.								
Romi Itália S.R.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Itália			Empresa dona das subsidiárias da França, UK e Espanha que são responsáveis por distribuição de máquinas para plástico e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2018	20,752311	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	7.576.000,00		
31/12/2017	12,720086	0,000000	0,00					
31/12/2016	-61,530475	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.								
Romi Machine Tools, Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2018	-217,469880	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-2.108.000,00		
31/12/2017	-143,398693	0,000000	0,00					
31/12/2016	-71,010467	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.								
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.	93,070000
Valor mercado								
31/12/2018	6,219002	0,000000	2.060.000,00	Valor contábil	31/12/2018	21.845.000,00		
31/12/2017	-2,498459	0,000000	4.442.000,00					
31/12/2016	-30,994347	0,000000	12.551.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.								
Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	62.091.038/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Participação em empreendimentos imobiliários.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2018	1,829522	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	2.449.000,00		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2017	-0,742881	0,000000	0,00					
31/12/2016	56120,401322	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Participação em empreendimentos imobiliários.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia tem registrado em sua subsidiária indireta, Burkhardt+Weber, os Intangíveis conforme seguem, não registrados no item 9.1.b.

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Tecnologia	Entre 15 e 20 anos	Alienação	Não se aplica
Relacionamento com o cliente	20 anos	Alienação	Não se aplica
Marca	Indeterminado	Alienação	Não se aplica

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2018 se demonstrou um ano de recuperação econômica importante, e apesar de um primeiro bimestre de fraca atividade econômica pode-se notar uma aceleração significativa na quantidade de oportunidades e negócios gerados a partir de março. Alguns dados macroeconômicos indicam sinais sólidos de recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada quando comparados com os 03 últimos anos, apresentados a seguir. Essa melhora nos dados macroeconômicos começa a se materializar na unidade de negócio Máquinas Romi, que diante de um cenário mais estável, encoraja os clientes a retomar os seus investimentos.

A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas. Reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o lançamento de novas gerações de produtos, e as primeiras linhas já estão fazendo muito sucesso no mercado doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para a retomada da economia doméstica.

A receita operacional líquida auferida em 2018 foi de R\$743,5 milhões, 10,5% superior à registrada em 2017, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e também pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

Em 2018, o mercado doméstico foi responsável por 57% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W), foi de US\$4,7 milhões, montante 1,1% superior ao alcançado em 2017.

Em 2018, as margens operacionais permaneceram em níveis similares aquelas alcançadas em 2017, demonstrando consistência nas operações. A Unidade de Negócio Máquinas Romi teve destaque na evolução das margens operacionais. Apresentou margem operacional de 13,2%, o que representou um crescimento de 6,4 p.p. em relação ao ano de 2017.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não aplicável à Companhia.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável à Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, por meio do planejamento e do controle constantes dos seus ativos e passivos financeiros, acredita não haver sinalização em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As captações da Companhia referem-se à linhas de financiamento voltadas à Pesquisa e Desenvolvimento e inovação e à exportação (Adiantamento de Contratos de Câmbio), com taxas e prazos em linha com aqueles praticados pelo mercado, conforme informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, disponíveis a partir de 12 de fevereiro de 2019, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Companhia (www.romi.com).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$100.917 e dívidas financeiras de R\$133.985, sendo que R\$102.547 possuem vencimentos em 2018. Essa posição financeira resulta em uma dívida líquida no montante de R\$ 33.068.

Durante o ano de 2018, a Companhia apresentou crescimento importante na entrada de pedidos, principalmente de Máquinas Romi e Máquinas B+W. Tal crescimento necessitou de um maior volume de capital de giro, principalmente de materiais e componentes. A gestão responsável do caixa e da dívida permitiu com que a Companhia mantivesse sua dívida líquida em patamares adequados, passando o seu nível de endividamento de 0,29% em 31 de dezembro de 2017 para 4,75% em 31 de dezembro de 2018.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, as principais fontes de captação de recursos da Companhia são linhas de crédito oferecidas pelo BNDES e linhas de crédito voltadas à exportação e ao financiamento de componentes importados, oferecidas pela maioria dos bancos comerciais.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem utilizado as linhas de financiamento mencionadas nos itens acima para financiar as suas operações.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2018, possuía os seguintes níveis de endividamento:

	2018
Caixa e equivalentes de caixa	100.428
Aplicações financeiras	489
Financiamentos (parcelas do circulante)	(102.547)
Financiamentos (parcelas do não circulante)	<u>(31.438)</u>
Dívida líquida (valor de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras deduzido dos financiamentos)	(33.068)
Total disponibilidade	100.917

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total financiamento	(133.985)
Patrimônio líquido	695.977
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	4,75%
Total da dívida (circulante + não circulante)	(133.985)
Varição da dívida líquida - R\$ ano anterior	(31.184)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2018	2017	2018	2017				
Financiamentos de exportação - BNDES PSI	-	40.098	-	-	17/12/2018	Parcela única/Mensal com carência de 13 meses	Taxas 11,00% a.a. (pré-fixado) e 50% (4,26% e 4,71% a.a. + SELIC) + 50% (4,00% e 4,45% a.a. + TILP)	Nota promissória/Fiança-Aval Romimor
Financiamentos de exportação - ACC (a)	46.771	-	-	-	06/12/2019	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 1,41% a 1,55% a.a. + variação cambial	Fiança-Aval Romimor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.570	9.233	17.071	28.017	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.534	2.303	3.047	4.615	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TILP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Romimor/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	34.413	14.533	-	-	13/12/2019	Parcela única	Juros de 1,62% a.a. a 3,40% a.a.	Clean / Aval Romimor
Finep URTI-01 (c)	2.131	5.079	-	2.116	15/05/2019	Mensal	TILP + 5,00% a.a. - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária
Controladora	90.419	71.246	20.118	34.748				
Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (d)	-	-	11.320	12.318	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo Imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	12.128	2.924	-	-	-	-	-	N/A
Consolidado	102.547	74.170	31.438	47.066				

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui uma linha de financiamento oferecida pelo BNDES, denominada Finame Fabricante, que é contratada através dos agentes financeiros (bancos comerciais credenciados), cujos prazos podem ser de até 48 meses.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há um contrato na Companhia, assinado em dezembro de 2014, com a finalidade de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos 2015 e 2016. É obrigação contratual a constituição dos seguintes *covenants*:

(i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (patrimônio líquido/ativo total) maior ou igual a 0,40.

(ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (dívida total líquida/passivo total) menor ou igual a 0,25.

Em virtude de contratos de financiamentos com o BNDES para investimentos em imobilizado, o montante de R\$68.195 em 31 de dezembro de 2018 (R\$77.920 em 31 de dezembro de 2017) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, instalações, máquinas e equipamentos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos de financiamento já contratado e com recursos ainda não liberados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo:		
Circulante (a)	697.357	592.193
Não circulante (b)	544.730	483.230
Total do ativo	<u>1.242.087</u>	<u>1.075.423</u>

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo:

Circulante (c)	362.752	280.526
Não circulante (d)	181.732	151.397
Patrimônio líquido	695.977	641.969
Participação dos não controladores	<u>1.626</u>	<u>1.531</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.242.087</u>	<u>1.075.423</u>

(a) As variações mais significativas entre as linhas do ativo circulante foram nas seguintes rubricas:

(i) “Duplicadas a receber” (R\$ 168.213 em 2018 e R\$120.303 em 2017). O incremento dessa linha é reflexo direto do aumento da receita, que em 2018 foi 10,5% superior ao ano de 2017 e a maior concentração de entregas de máquinas pela subsidiária alemã B+W no último trimestre do ano de 2018.

(ii) “Estoques” (R\$300.547 em 2018 e R\$241.891 em 2017). O incremento dos níveis de estoque está em linha com o crescimento do volume de operações ocorrido em 2018, principalmente nos negócios Máquinas Romi e Máquinas B+W.

(iii) “Impostos e contribuições a recuperar” (R\$25.267 em 2018 e R\$11.780 em 2017). O incremento dessa rubrica é reflexo dos créditos de oriundos do Plano Verão.

A Companhia, no ano de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). Em 6 de setembro de 2017, a Companhia protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação do respectivo crédito. Em 9 de abril de 2018 a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 2T18, os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado do 2T18 da seguinte maneira: (i) EBITDA: reduzido em R\$ 1.623, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$32.115, referente a atualização monetária do valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.740, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$40.073, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril de 2018, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de abril de 2018.

(b) A variação mais significativa entre as linhas do ativo não circulante foi na seguinte rubrica:

(i) “Valores a receber repasse Finame Fabricante” (R\$128.584 em 2018 e R\$79.819 em 2017), devido ao incremento do volume de vendas de máquinas no mercado doméstico, que utiliza essa linha de financiamento.

(ii) “Impostos e contribuições a recuperar” (R\$18.998 em 2018 e R\$778 em 2017). O incremento dessa rubrica é reflexo dos créditos de oriundos do Plano Verão, conforme explicado no item (a) (iii) acima.

(c) As variações mais significativas entre as linhas do passivo circulante foram nas seguintes rubricas:

(i) “Financiamentos - FINAME Fabricante” (R\$63.326 em 2018 e R\$55.463 em 2017). O aumento desse saldo é reflexo do incremento do volume de vendas de máquinas no mercado doméstico, que utiliza essa linha de financiamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) “Financiamentos” (R\$102.547 em 2018 e R\$74.170 em 2017). Os valores de financiamento da Companhia estão em linha com as atividades de investimento, mantendo os níveis de endividamento em patamares adequados.

(iii) Adiantamento de clientes (R\$71.466 em 2018 e R\$56.512 em 2017) – O incremento dessa rubrica deu-se principalmente ao maior volume de entrada de pedidos da subsidiária alemã B+W, que apresentou crescimento de 64,4% em 2018 quando comparado com 2017.

(iv) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (R\$23.785 em 2018 e R\$8.335 em 2017) – Em abril de 2018 a Companhia declarou o valor bruto de R\$27.028 em forma de Juros sobre capital próprio, a serem pagos em 29 de março de 2019.

(d) As variações mais significativas entre as linhas do passivo não circulante foram nas seguintes rubricas:

(i) “Financiamentos - FINAME Fabricante” (R\$116.278 em 2018 e R\$72.770 em 2017), devido aos fatores mencionados no item (c)(i) anterior.

(ii) “Financiamentos” (R\$31.348 em 2018 e R\$47.066 em 2017), devido aos fatores mencionados no item (c)(ii) anterior.

(e) Como já comentado anteriormente, a receita operacional líquida auferida em 2018 foi de R\$743,5 milhões, 10,5% superior à registrada em 2017, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e também pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

(f) Em 2018, a margem bruta foi de 27,8%, mantendo-se estável em relação à obtida em 2017. Nesse período, observa-se um incremento na margem da unidade de Máquinas Romi, refletindo o crescimento na entrada de novos pedidos e um decréscimo na unidade de Fundidos e Usinados, consequência da redução do volume de itens extrapesados.

(g) A margem operacional (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) registrada em 2018 foi positiva em 6,2%. A manutenção das margens operacionais em níveis similares aquelas alcançadas em 2017 demonstram consistência nas operações, com destaque para a Unidade de Negócio Máquinas Romi que alcançou margem operacional de 13,2% em 2018, o que representou um crescimento de 6,4 p.p. em relação ao ano de 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos, novas e seminovas, peças de reposição, pela reforma de máquinas e de peças fundidas e/ou usinadas e pela prestação de serviços de assistência técnica, entre outros serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A margem operacional (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) registrada em 2018 foi positiva em 6,2%. A manutenção das margens operacionais em níveis similares aquelas alcançadas em 2017 demonstram consistência nas operações, com destaque para a Unidade de Negócio Máquinas Romi que alcançou margem operacional de 13,2% em 2018, o que representou um crescimento de 6,4 p.p. em relação ao ano de 2017.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A receita operacional líquida auferida em 2018 foi de R\$743,5 milhões, 10,5% superior à registrada em 2017, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e também pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Atualmente, aproximadamente 30% do custo da Companhia está vinculado ao câmbio (entre materiais importados e materiais nacionais sensíveis ao câmbio). Apesar do incremento no custo dos produtos oriundo da alta do câmbio, tendo em vista que grande parte dos competidores da Romi, principalmente no segmento de máquinas Romi, possui sua produção em outros países, seus patamares de preço possuem influência do dólar norte-americano (US\$) e/ou do euro (€), situação que, em uma desvalorização do real (R\$) perante essas moedas, deixa os produtos Romi mais competitivos local e internacionalmente.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante os períodos apresentados.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos períodos apresentados.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia, no ano de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). Em 6 de setembro de 2017, a Companhia protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação do respectivo crédito. Em 9 de abril de 2018 a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras padronizadas de 2018, os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado de 2018 da seguinte maneira: (i) EBITDA: reduzido em R\$ 1.623, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$32.115, referente a atualização monetária do valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.740, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$40.073, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril de 2018, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de abril de 2018.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável à Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer dos auditores independentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a auditoria independente ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. ("EY") emitiu seu "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas" indicando uma opinião com ressalva.

O trecho "Base para opinião com ressalva" do relatório mencionado está transcrito abaixo:

"Base para opinião com ressalva

Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS

Conforme divulgado na nota explicativa 14, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado na rubrica provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis o montante de R\$57.865 mil (R\$ 53.736 mil em 31 de dezembro de 2017) referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos à Receita Federal do Brasil (RFB) de novembro de 2006 a setembro de 2018, mas foram depositados judicialmente. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema da repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Desta forma, já não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar esta obrigação e, com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a referida provisão deveria ter sido revertida na data do balanço. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante e total do ativo, individual e consolidado, estão apresentados a menor em R\$85.306 mil (R\$81.320 mil em 31 de dezembro de 2017), o patrimônio líquido está apresentado a menor em R\$56.302 mil (R\$53.671 mil em 31 de dezembro de 2017) e o lucro líquido do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$2.631 mil, líquidos de efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva."

A opinião da Administração é que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de Pis e Cofins.

Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a possibilidade de modulação de efeitos, onde se decidirá por um corte temporal entre diversos possíveis, assim como a possibilidade de alteração da sistemática a ser utilizada pelos contribuintes para a quantificação dos créditos, representam uma grande incerteza quanto ao seu desfecho final. Apenas após os referidos esclarecimentos, que possivelmente serão trazidos pelo trânsito em julgado a ser publicado pelo Supremo Tribunal Federal, após ter concluído sobre a análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União é que poderão permitir a análise e conclusão objetiva do êxito envolvido e conseqüente impacto contábil necessário.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Portanto, na fase atual do processo, a Companhia não possui condições de avaliar qual será a modulação, tampouco a sistemática a ser adotada na determinação do valor a pagar do PIS e da COFINS e, conseqüentemente, do valor dos créditos tributários. Como conclusão, a Companhia possui o entendimento de que o valor da referida provisão, em 31 de dezembro de 2018, deva ser mantida até o desfecho final do assunto.

Em linha com esse entendimento, a Companhia, em 29 de janeiro de 2018, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) consulta, pela qual solicita a manifestação da CVM quanto ao tratamento contábil referente ao reflexo da decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal a respeito da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do Pis e da Cofins, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 30 de janeiro de 2018.

As informações relevantes sobre o assunto têm sido divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa no 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são conforme segue:

1 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 1.18.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 1.10).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

1.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

1.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- i. O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber – rapasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na notas explicativa 4.

Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 11.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

1.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

1.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

1.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

1.9 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 1.11).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

1.10 Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual perda reconhecida – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

1.11 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

1.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

1.13 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17).

1.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

1.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

1.16 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável:

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprias da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(vi) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

1.17 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

1.18 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 1.10).
- c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 1.6.
- d) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 1.5.
- e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 1.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 1.17).
- f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

1.19 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) não seja significativo.

CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente” pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. As alterações não terão impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como a Companhia opera em um ambiente tributário multinacional, a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto

Até a data de publicação das demonstrações financeiras da Companhia, esta revisão ainda não havia sido concluída pelo CPC, havendo sua publicação somente para IFRS. As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle sobre uma controlada que é vendida ou contribuída para uma coligada ou joint venture. A Companhia aplicará estas alterações quando elas entrarem em vigor.

1.20 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Atualmente, a Companhia possui um contrato de futura compra de energia elétrica.

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais dois anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de fornecimento	Valor
2019	8.597
2020	8.957
Total	<u>17.194</u>

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2018, não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável à Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2019, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril, a projetos de ganho de eficiência e competitividade e finalização de uma nova linha de moldagem automática para a Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados, que deve passar a operar em capacidade normal durante o segundo semestre de 2019.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2019 por meio de capital próprio ou por meio de financiamentos para os casos em que o custo do capital seja atrativo.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável à Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente a Companhia investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018, o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$17.379 (R\$16.772 em 2017).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável à Companhia.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

(a) Objeto da projeção (*guidance*)

Não divulgamos *guidance*, pois entendemos que nos últimos anos, dada a conjuntura macroeconômica instável pela qual o mundo e especialmente o Brasil está passando, nossas previsões, que são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, tiveram que passar por revisões, o que pode prejudicar a interpretação dos investidores.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Quando divulgamos *guidance*, o Conselho de Administração analisa trimestralmente os números apresentados ao mercado em suas reuniões.

No período atual, considerando que não estamos divulgando *guidance* para 2018, esse acompanhamento se torna “não aplicável”.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) Estrutura Administrativa

- **Atribuições do Conselho de Administração:**

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

As atribuições do Conselho de Administração são aquelas definidas na legislação em vigor, no Estatuto Social, no seu Regimento Interno e no Regulamento do Novo Mercado da B3. O Regimento Interno, o qual não é divulgado, teve a aprovação da sua última alteração em 13 de dezembro de 2016, pelo Conselho de Administração.

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece como competência exclusiva do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto Social e na forma da lei:

- i. Definir a missão, as políticas e os objetivos gerais e estratégicos da Companhia, supervisionar a gestão, e atuar diligentemente em prol dos interesses da Companhia e de todos os acionistas, visando à criação de valor no longo prazo, dispondo sobre:
 - a) A estratégia de negócios da Companhia;
 - b) O planejamento das atividades da Companhia;
 - c) Os programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;
 - d) A adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;
 - e) A abertura e encerramento de subsidiárias, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, ou alteração nos já existentes; no país e/ou no exterior;
 - f) Participação e desinvestimento em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;
 - g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais; e
 - h) Negociação de ações da própria Companhia.
- ii. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;
- iii. Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- iv. Deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;
- v. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembleia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;
- vi. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembleia Geral Ordinária;
- vii. Autorizar:
 - a) A aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis ou ativos intangíveis da Companhia;
 - b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- c) a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e
- d) a emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.

- viii. Propor à Assembleia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;
- ix. Escolher e destituir auditores independentes;
- x. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a participação de cada membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o artigo 44 deste Estatuto;
- xi. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a remuneração individual dos administradores e do Conselho Consultivo;
- xii. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembleia Geral, dentro do limite do capital autorizado, e com a faculdade prevista no artigo 10 deste Estatuto Social.
- xiii. Aprovar o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, imputando-os ou não à conta de dividendos.
- xiv. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos impactos para a liquidez das ações; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública disponíveis no mercado; e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

- **Atribuições dos Comitês:**

- i. **Comitê de Acompanhamento Econômico**

Constituídos em 28/04/2015

Objeto: Aprimorar o sistema de informações de gestão (SIG), gerar valor à Companhia e tratar dos seguintes temas: Orçamentos de Receitas, Custos e Despesas; Investimentos; Custo Padrão; Preços de Transferência; Preços de Venda; Margens; Inflação Romi; Programa de Produção; Níveis de Estoque; Capital de Giro; PDD; Projeções de Resultados. Não possui regimento interno próprio.

- ii. **Comitê de Auditoria e Riscos**

Constituídos em 28/04/2015

Objeto: Orientar e supervisionar os trabalhos de Auditoria Interna (grau de reporte compartilhado com CEO); Auditoria Externa; Demonstrações Financeiras; Controles Internos; Gestão de Riscos Corporativos. Não possui regimento interno próprio..

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- iii. **Comitê de Fundidos e Usinados**
Constituídos em 28/04/2015
Objeto: Desempenho operacional, financeiro e comercial; Investimentos.
Não possui regimento interno próprio.
- iv. **Comitê Imobiliário**
Constituídos em 28/04/2015
Objeto: Desinvestimento de imóveis não estratégicos; Constituição de subsidiária integral imobiliária.
Não possui regimento interno próprio.
- v. **Comitê de Máquinas-Ferramenta**
Constituídos em 28/04/2015
Objeto: Análise e acompanhamento operacional, comercial, financeiro, tecnológico e estratégico do segmento de produtos Máquinas-Ferramenta; Recursos técnicos e humanos de engenharia de MF; Desenvolver a cooperação com a B+W.
Não possui regimento interno próprio.
- vi. **Comitê de Recursos Humanos**
Constituídos em 28/04/2015
Objeto: Recrutamento, preparação e planos de sucessão de Diretores e funcionários estratégicos; Avaliação do CA e Diretoria; Remuneração do CA, Diretoria e CF.
Não possui regimento interno próprio.
- vii. **Comitê de Máquinas para Plásticos**
Constituído em 08/12/2015
Objeto: Análise e acompanhamento operacional, comercial, financeiro, tecnológico e estratégico do segmento de produtos Máquinas para Plásticos; Recursos técnicos e humanos de engenharia de MP.
Não possui regimento interno próprio.

O emissor não possui comitê de auditoria estatutária.

(b) Em relação aos membros da diretoria, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, suas atribuições e poderes individuais são:

- a) **Luiz Cassiano Rando Rosolen** (Diretor-Presidente): **(i)** - Coordenar e supervisionar a implementação das diretrizes emanadas do Conselho de Administração, objetivando sua fiel execução; **(ii)** - Supervisionar a atividade operacional, corporativa e societária da Companhia e as decorrentes da sua participação em empresas controladas e coligadas; **(iii)** - Substituir provisoriamente o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos, e **(iv)** - Coordenar a atuação dos diretores e servir de elo entre a Diretoria e o Conselho de Administração, ao qual deve prestar contas; **(v)** Supervisionar todas as atividades das subsidiárias da Companhia no exterior; **(vi)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas-ferramenta, nos mercados interno e externo, e **(vii)** Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas-ferramenta.
- b) **William dos Reis** (Vice-Presidente): **(i)** - Substituir provisoriamente o Diretor-Presidente nas suas ausências e impedimentos; **(ii)**- Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia; **(iii)**

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas para plásticos, no país e na América Latina; **(iv)** Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas para plásticos; e **(v)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à assistência técnica e venda de peças de reposição, no país e no exterior.

- c) **Fábio Barbanti Tair** (Diretor de Relações com Investidores): **(i)** - A prestação de informações e a representação da Companhia junto aos investidores, aos acionistas, à CVM e às bolsas de valores onde seus valores mobiliários sejam negociados; e **(ii)** - Manter atualizadas as informações prestadas pela Companhia à CVM; **(iii)** Supervisionar as atividades de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídicas e Tecnologia da Informação da Companhia e suas subsidiárias, e **(iv)** Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;
- d) **Francisco Vita Junior** (Diretor): **(i)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de peças fundidas e/ou usinadas, no país e no exterior; **(ii)** Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 10, 81, 82 e 83 da Companhia; **(iii)** Supervisionar as atividades do Departamento de Engenharia Industrial e Manutenção, e **(iv)** Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;
- e) **Fernando Marcos Cassoni** (Diretor): **(i)** Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 01, 03, 11, 14, 15, 16 e 19 da Companhia; **(ii)** Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao Planejamento da Cadeia de Suprimentos; **(iii)** Supervisionar o Departamento de Melhoria Contínua, Métodos, Processos e Qualidade da Companhia; **(iv)** Supervisionar todas as atividades da Companhia relacionadas a Compras; e **(v)** Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia.

A diretoria não possui regimento interno próprio.

(c) Data de instalação do Conselho Fiscal e estrutura de funcionamento:

O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, a partir da Assembleia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembleia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

O Conselho Fiscal da Companhia foi eleito com 3 (três) membros titulares e suplentes em 19 de março de 2019, em caráter não permanente, com mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social de 2020.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, cujos termos de posse deverão contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Art. 51, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

(d) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Conselho de Administração: Processo de auto-avaliação formal, com periodicidade anual;

Diretoria: Avaliação formal, com periodicidade anual, sendo o Diretor Presidente avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores, avaliados pelo Diretor-Presidente e revisada pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e no § único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76.

A convocação será feita mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 30 dias corridos de antecedência em primeira e com 8 dias corridos em segunda convocação.

A Assembleia Geral pode também ser convocada:

- a) pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos no número V, do artigo 163 da Lei no 6.404/76;
- b) por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou no estatuto;
- c) por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas;

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. Competências

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132, da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem e a ela competirá:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, quando for o caso;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho Consultivo, quando for o caso;
- (f) aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167).

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos:

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações;

(b) a definição da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de seus membros e dos Diretores, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, se instalado;

(c) a alteração do Estatuto Social;

(d) atribuição de bonificações em ações;

(e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;

(f) a redução do número de membros do Conselho de Administração ou a redução das atribuições do Conselho de Administração;

(g) a fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia;

(h) a autorização para os administradores da Companhia requererem falência voluntária ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

(i) a liquidação ou dissolução da Companhia, assim como, estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação;

(j) a celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência;

(k) qualquer alteração do objeto social da Companhia;

(l) qualquer alteração da política de dividendos da Companhia;

m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

(n) deliberar sobre a instalação e funcionamento do Conselho Consultivo e Fiscal, mediante proposta do Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Endereços eletrônicos:

- www.romi.com/investidores
- www.cvm.gov.br
- www.b3.com.br

Endereço físico:

- Distrito Industrial da Companhia, localizado na Rodovia SP-304, km 141,5, CEP 13459-057, Santa Bárbara d'Oeste - SP.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

Respeitado os termos da lei, a identificação e administração de conflitos de interesse também são reguladas pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, pela Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, pela Política de Negociação de Ações, Títulos e Valores Mobiliários e seus Derivativos de emissão da Companhia e pela Política de Transações com Partes Relacionadas, disponíveis na página na rede mundial de computadores da Companhia (www.romi.com/investidores).

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria constante da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este estará impedido de proferir o seu voto na assembleia geral. Ainda, é vedado aos administradores, na qualidade de acionistas ou procuradores, votarem acerca dos documentos da administração (art. 133 da Lei das Sociedades Anônimas) e do Parecer do Conselho Fiscal, se houver.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Respeitados os termos da lei, a Companhia admite o exercício do direito de voto por procuração aos administradores constituídos há menos de um ano e que a procuração contenha o voto a ser proferido. Entretanto, a Companhia não possui um sistema de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procuração outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Poderão participar da Assembleia Geral, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações no momento da realização da Assembleia Geral estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas.

O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante a apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, em até 03 (três) dias que antecederem a Assembleia Geral, observando-se que a posição acionária poderá ser verificada pela Companhia, em sua base de acionistas, no momento da realização da Assembleia Geral.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Os acionistas que se fizerem representar por procurador, poderão apresentar a via original do instrumento de procuração, na sede da Companhia, nas 48 horas que antecederem a Assembleia Geral, caso não tenham atendido a esta recomendação, poderão participar do ato desde que se apresentem munidos desta documentação no momento da realização da Assembleia Geral.

Segue abaixo a documentação detalhada que deve ser apresentada para comprovar a qualidade de acionistas (ou representantes de acionistas) e participar da Assembleia Geral:

- (i) Documento hábil à comprovação de identidade do acionista ou do seu representante: a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o passaporte e carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas, desde que contenham foto de seu titular;
- (ii) Extrato atualizado de conta depósito de ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária; e
- (iii) Documentos comprobatórios de representação:

1. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

2. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista/quotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

3. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- Ato de Eleição ou Procução do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

4. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procução do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procução do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

Nota: A Companhia não exigirá tradução juramentada, nem tão pouco notariação e consularização das procuções outorgadas em Inglês e Espanhol.

Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral munidos dos documentos respectivos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Os originais ou cópias autenticadas dos documentos acima indicados deverão ser entregues na sede social da Companhia, até o início da Assembleia Geral.

Para dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia receberá os documentos acima referidos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:

O Boletim de Voto poderá ser enviado diretamente à Companhia acompanhado dos documentos de identificação exigidos pela Companhia conforme abaixo:

5. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procução do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procução do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

6. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista/quotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

7. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;
- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

8. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

A Companhia exige o Reconhecimento de Firma do (s) signatário (s) do Boletim de Voto a Distância, bem como notariação e consularização de documentos estrangeiros, e tradução juramentada dos documentos que estejam em idioma diverso de português, inglês ou espanhol.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do Boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza junto com a publicação do Boletim de Voto a Distância o endereço eletrônico assembleia@romi.com para envio de cópias digitais dos Boletins de Votos e documentos comprobatórios dos poderes dos acionistas.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

Em conformidade com o artigo 21-L, I da Instrução CVM 481/2009, o acionista titular de, no mínimo, 1,5 % das ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de candidatos ao conselho de administração e fiscal da Companhia no Boletim de Voto à Distância.

Adicionalmente, em consonância com o inciso II do referido artigo, o acionista titular de, no mínimo, 3,0% das ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidas pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de propostas de deliberação no Boletim de Voto à Distância disponibilizado por ocasião de Assembleia Geral da Companhia.

Caso o acionista que cumpra os requisitos expostos nos parágrafos anteriores queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no Boletim de Voto à Distância, deverá apresentar tais propostas por meio do endereço eletrônico assembleia@romi.com, juntamente com os documentos pertinentes à proposta nos termos do artigo 21-M da Instrução CVM 481/2009, nos prazos e demais condições estabelecidas pela regulamentação vigente.

- j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

- k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

A Companhia adotará, na íntegra, o procedimento que instituiu o mecanismo de participação à distância, Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009 e demais alterações introduzidas pela Instrução CVM 561 de 07 de abril de 2015 e suas alterações, se houver.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- a) **Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias:** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas 17 (dezessete) reuniões do Conselho de Administração. A Companhia não faz distinção entre reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias para as reuniões do Conselho de Administração.
- b) **Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:** Não há.

c) **Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:**

A Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, cuja adoção foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de abril de 2014, disponível no site da Companhia através do link <http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/>

A mencionada política tem como principal objetivo estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses provenientes de tais transações.

- d) **se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:** O emissor não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

O Estatuto Social da Companhia, em seu Art. 51, estabelece que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser instituída e processada pela Câmara de Arbitragem do Mercado de acordo com as regras do seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da existência, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Francisco Vita Junior	14/01/1971	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	5
205.351.108-71	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	17/03/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Fundidos e Usinados		Diretor de Fundidos e Usinados			
Luiz Cassiano Rando Rosolen	19/04/1974	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	12
171.588.618-64	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	17/03/2020	Sim	0.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário, Recursos Humanos, Máquinas- Ferramenta, Fundidos e Usinados e Máquinas para Plásticos.					
Douglas Pedro de Alcântara	08/09/1975	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
183.123.778-40	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	17/03/2020	Sim	0.00%
Membro dos seguintes Comitês: Máquinas -Ferramenta e Máquinas para Plástico.		Diretor de Tecnologia e Novos Negócios			
Maurício Lanzellotti Lopes	04/05/1961	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
067.549.468-06	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	17/03/2020	Sim	0.00%
Membro dos seguintes Comitês: Máquinas para Plástico e Máquinas-Ferramenta.		Diretor de Comercialização			
Fábio Barbanti Taiar	11/08/1978	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	9
275.907.618-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	17/03/2020	Sim	0.00%
Responsável pelas áreas de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídico e Tecnologia da Informação. Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário e Recursos Humanos.					
Fernando Marcos Cassoni	26/09/1972	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2020	Até a AGO de 2021	5
140.542.968-23	Bacharel em Ciências da Computação	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	17/03/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico.					
Carlos Guimarães Chiti	30/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	25
048.669.548-41	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	17/03/2020	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Monica Romi Zanatta	04/02/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	11
274.117.138-64	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Recursos Humanos, Máquinas-Ferramenta e Máquinas para Plásticos. Coordenadora do Comitê de Acompanhamento Econômico					
José Carlos Romi	20/03/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	13
056.637.218-51	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário e Fundidos e Usinados. Coordenador dos Comitês de Máquinas-Ferramenta e de Máquinas para Plásticos.					
Francisco José Levy	13/08/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
118.982.398-51	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2020	Não	0.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos.					
Paulo Romi	28/10/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	19
082.401.568-19	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/03/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico. Coordenador dos Comitês de Fundidos e Usinados e Imobiliário.					
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	03/03/1938	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	10
011.095.968-04	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2020	Sim	87.50%
Membro dos seguintes Comitês: Imobiliário e Auditoria e Riscos.					
Marcio Guedes Pereira Junior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	3
050.958.058-04	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/03/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê: Recursos Humanos e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos.					
Américo Emilio Romi Neto	22/01/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2020	Até a AGO de 2021	25
016.334.888-02	Engenheiro Mecânico	20 - Presidente do Conselho de Administração	17/03/2020	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Imobiliário e Máquinas para Plásticos. Coordenador do Comitê de Recursos Humanos.					
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias	11/08/1958	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	0
492.846.497-49	Contadora	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	17/03/2020	Não	0.00%
Não aplicável.					
Alfredo Ferreira Marques Filho	18/07/1961	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	11
028.236.498-67	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100.00%
Não aplicável					
Roberto de Carvalho Bandiera	04/11/1937	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	4
014.567.848-20	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não aplicável.

Julia Holland Reid Ferretti	14/03/1964	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	2
749.549.977-04	Administradora de empresas	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	17/03/2020	Não	100.00%

Não aplicável.

Clóvis Ailton Madeira	17/12/1949	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	6
253.599.328-72	Consultor Contábil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100.00%

Não aplicável.

Artemio Bertholini	01/04/1947	Conselho Fiscal	17/03/2020	Até a AGO de 2021	5
095.365.318-87	Economista e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	17/03/2020	Sim	100.00%

Não aplicável.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

Formado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com especialização em Comércio Exterior pela Universidade da Califórnia Los Angeles - USLA. Sua experiência profissional inclui mais de 18 anos de experiência em cargos de gestão, com vivência internacional nas áreas comercial e de engenharia de produtos em empresas do ramo automotivo, mineração/construção e eólico. Ingressou na Companhia em fevereiro de 2015 e é atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia e operações da unidade de fundidos e usinados.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e Pós-Graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano concluiu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

formado em engenharia mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com MBA em administração de empresas pela FGV-SP e mestrado em engenharia de produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. É responsável pelas áreas de desenvolvimento da tecnologia de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) e de novos modelos de negócios.

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP e Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. É responsável pelas áreas de comercialização e venda de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) no mercado interno e a assistência técnica e venda de peças para reposição de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico).

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Foi contratado pela Companhia em janeiro de 2009. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 13 de março de 2012, atua como Diretor.

Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23

Formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou em 1996 na Companhia, ocupando diversos cargos e é atualmente responsável pelas atividades industriais das unidades fabris, Supply Chain, Suprimentos, Compras, Melhoria Contínua, Métodos e Qualidade. Desde março de 2015 atua como Diretor.

Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41

Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP – São Paulo. Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos e pela área financeira. É membro do Conselho de Administração desde 1987.

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia. É membro do Conselho de Administração desde 2013.

Francisco José Levy - 118.982.398-51

Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Análise de Sistemas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Economia empresarial pela Universidade de São Paulo-USP, Mestre em Administração de Empresas pela Boston School (Bank Boston Internal Program) e cursou o Programa de Gestão pela Harvard Business School. Foi Diretor Executivo e Diretor Estatutário responsável junto a CVM e Banco Central (UBS Advm e UBS Corretora) (ii) Sócio e responsável administrativo e regulatório (CVM) da empresa UBS ADM de Valores e atualmente é sócio e responsável administrativo e regulatório (CVM) da empresa ALLEA WEALTH MANAGEMENT. Foi eleito membro do Conselho de Administração em 2020.

Paulo Romi - 082.401.568-19

Formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. É membro do Conselho de Administração desde 2012.

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getúlio Vargas, após ter estudado na University's Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Cia Hering, Brasil Insurance Corretora de Seguros S.A., Pomifrutas S.A.

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias - 492.846.497-49

Contadora formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com MBA em Finanças pelo IBMEC. Foi membro do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) da Fibria e do Conselho Fiscal (CF) da MILLS. Atualmente é membro do CF da NEOENERGIA e do COAUD da Casa da Moeda do Brasil. É Coordenadora do Instituto de Governança Corporativa - IBGC no RJ e Diretora na Associação Nacional do Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade no RJ. Atuou até 2013 como Gerente de Controladoria na Vale S.A., egressa da PricewaterhouseCoopers onde exerceu atividades nas áreas de auditoria e impostos. É conselheira certificada pelo IBGC e pelo ICSS - Instituto de Certificação Institucional dos Profissionais de Seguridade Social.

Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67

Formado em Administração, pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas "Santana", Pós-Graduado em Finanças Corporativas pela FGV e Mestre em Ciências Contábeis pela – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou na Roberto Dreyfuss/KPMG entre 1981 e 1989. É sócio da Horwath Tufani & Reis Soares Auditores Independentes desde 1990. Em 2015, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal.

Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20

Bandiera Advogados, desempenhando o papel de sócio.

Julia Holland Reid Ferretti - 749.549.977-04

Formada em Economia pela State College of New Jersey (Ramapo) e MBA pela Fordham University em Nova York. Foi Diretora de Relações com Investidores (RI) no Unibanco e atuou também no Banco Fibra até 2013. Vasta experiência em RI, Mercado de Capitais, Sustentabilidade e Governança Corporativa (GC). Muito atuante junto ao IBRI (como conselheira) e IBGC.

Clóvis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Formado em Contabilidade e Administração de Empresas, Mestrado em Contabilidade pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (São Paulo) e Doutorado em Administração pela Florida Christian University (USA). É funcionário da Grant Thornton Auditores Independentes desde janeiro de 2014 e atua em auditoria desde 1973 (Arthur Andersen e Directa Auditores). Desde 2015, membro efetivo do Conselho Fiscal.

Artemio Bertholini - 095.365.318-87

Habilitação profissional como Contador, Economista, Administrador de Empresas, Auditor Independente e Professor Universitário. Sócio Diretor das empresas Directa Auditores, Directa Consultoria Fiscal e Societária LTDA, Directa Services LTDA e Directa Avaliação LTDA.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Francisco Vita Junior - 205.351.108-71	N/A
Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64	N/A
Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40	N/A
Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06	N/A
Fábio Barbanti Tairar - 275.907.618-00	N/A
Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23	N/A
Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41	N/A
Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64	N/A
José Carlos Romi - 056.637.218-51	N/A
Francisco José Levy - 118.982.398-51	N/A

Paulo Romi - 082.401.568-19

N/A

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

N/A

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

N/A

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

N/A

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias - 492.846.497-49

N/A

Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67

N/A

Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20

N/A

Julia Holland Reid Ferretti - 749.549.977-04

N/A

Clóvis Ailton Madeira - 253.599.328-72

N/A

Artemio Bertholini - 095.365.318-87

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/1956	28/04/2015	Prazo indeterminado
016.334.888-02	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Recursos Humanos, membro dos Comitês de Acompanhamento Econômico, Imobiliário e de Máquinas para Plástico.						
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	22/01/1956	28/04/2015	Prazo indeterminado
016.334.888-02	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/1956	28/04/2015	Prazo indeterminado
016.334.888-02	Comitê de Acompanhamento Econômico	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Recursos Humanos, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/1956	28/04/2015	Prazo indeterminado
016.334.888-02	Comitê Imobiliário	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Recursos Humanos, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/03/1938	17/03/2020	Prazo indeterminado
011.095.968-04	Comitê de Auditoria e Riscos	Advogado		17/03/2020	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Imobiliário						
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/03/1938	17/03/2020	Prazo indeterminado
011.095.968-04	Comitê Imobiliário	Advogado		17/03/2020	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Riscos						
Antônio Carlos Bonini Santos Pinto	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/1957	17/03/2020	Prazo indeterminado
026.230.088-50	Comitê de Auditoria e Riscos	Contador		17/03/2020	1	100.00%
Douglas Pedro de Alcântara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/08/1975	26/05/2015	Prazo indeterminado
183.123.778-40	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		26/05/2015	1	100.00%
Membro da Diretoria e membro do Comitê de Máquinas para Plástico						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Douglas Pedro de Alcântara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/08/1975	17/03/2020	Prazo indeterminado
183.123.778-40	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100.00%
Membro da Diretoria e membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta.						
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1978	28/04/2015	Prazo indeterminado
275.907.618-00	Comitê de Acompanhamento Econômico	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1978	28/04/2015	Prazo indeterminado
275.907.618-00	Comitê Imobiliário	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1978	28/04/2015	Prazo indeterminado
275.907.618-00	Comitê de Recursos Humanos	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico e membro do Comitê Imobiliário.						
Fernando Marcos Cassoni	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/09/1972	28/04/2015	Prazo indeterminado
140.542.968-23	Comitê de Acompanhamento Econômico	Bacharel em Ciências da Computação		28/04/2015	1	100.00%
Diretor Vice-Presidente e de operações						
Francisco José Levy	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	13/08/1968	17/03/2020	Prazo indeterminado
118.982.398-51	Comitê de Auditoria e Riscos	Engenheiro		17/03/2020	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Francisco Vita Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/1971	05/05/2015	Prazo indeterminado
205.351.108-71	Comitê de Fundidos e Usinados	Engenheiro Mecânico		05/05/2015	1	100.00%
Diretor de Fundidos e Usinados						
José Carlos Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	20/03/1959	28/04/2015	Prazo indeterminado
056.637.218-51	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Máquinas para Plástico, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Recursos Humanos.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
José Carlos Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	20/03/1959	28/04/2015	Prazo indeterminado
056.637.218-51	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
José Carlos Romi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959	28/04/2015	Prazo indeterminado
056.637.218-51	Comitê de Acompanhamento Econômico	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Máquinas para Plástico, Coordenador do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
José Carlos Romi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959	28/04/2015	Prazo indeterminado
056.637.218-51	Comitê de Fundidos e Usinados	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Máquinas para Plástico, Coordenador do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
José Carlos Romi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/03/1959	28/04/2018	Prazo indeterminado
056.637.218-51	Comitê Imobiliário	Engenheiro Mecânico		24/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Máquinas para Plástico, Coordenador do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê Fundidos e Usinados e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	28/04/2015	Prazo indeterminado
171.588.618-64	Comitê de Recursos Humanos	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor-Presidente, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	28/04/2015	Prazo indeterminado
171.588.618-64	Comitê de Máquinas para Plástico	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor-Presidente, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	28/04/2015	Prazo indeterminado
171.588.618-64	Comitê de Acompanhamento Econômico	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor-Presidente, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	28/04/2015	Prazo indeterminado
171.588.618-64	Comitê de Fundidos e Usinados	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor-Presidente, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê Imobiliário, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	28/04/2015	Prazo indeterminado
171.588.618-64	Comitê Imobiliário	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor-Presidente, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/04/1974	28/04/2015	Prazo indeterminado
171.588.618-64	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Administrador de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Diretor-Presidente, membro do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Fundidos e Usinados, membro do Comitê Imobiliário, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	25/10/1961	06/06/2017	Prazo indeterminado
050.958.058-04	Comitê de Auditoria e Riscos	Administrador de Empresas		06/06/2017	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Recursos Humanos						
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	04/07/2017	Prazo indeterminado
050.958.058-04	Comitê de Recursos Humanos	Administrador de Empresas		04/07/2017	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos						
Mauricio Lanzellotti Lopes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1961	25/07/2016	Prazo indeterminado
067.549.468-06	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		25/07/2016	1	100.00%
Diretor de Comercialização e membro do Comitê de Máquinas para Plástico						
Mauricio Lanzellotti Lopes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1961	17/03/2020	Prazo indeterminado
067.549.468-06	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		17/03/2020	1	100.00%
Diretor de Comercialização e membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta						
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Presidente do Comitê	04/02/1981	28/04/2015	Prazo indeterminado
274.117.138-64	Comitê de Acompanhamento Econômico	Administradora de Empresas		28/04/2015	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/02/1981	28/04/2015	Prazo indeterminado
274.117.138-64	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Administradora de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/02/1981	28/04/2015	Prazo indeterminado
274.117.138-64	Comitê de Recursos Humanos	Administradora de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta e membro do Comitê de Máquinas para Plástico.						
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/02/1981	28/04/2015	Prazo indeterminado
274.117.138-64	Comitê de Máquinas para Plástico	Administradora de Empresas		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Acompanhamento Econômico, membro do Comitê de Máquinas-Ferramenta e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Olaf Furtmeier	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/06/1972	24/07/2017	Prazo indeterminado
000.000.000-00	Comitê de Máquinas-Ferramenta	Engenheiro Mecânico		24/07/2017	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê Imobiliário e membro do Comitê de Acompanhamento Econômico						
Paulo Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/10/1963	28/04/2015	Prazo indeterminado
082.401.568-19	Comitê de Fundidos e Usinados	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Fundidos e Usinados e membro do Comitê de Acompanhamento Econômico						
Paulo Romi	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/10/1963	28/04/2015	Prazo indeterminado
082.401.568-19	Comitê Imobiliário	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Fundidos e Usinados e membro do Comitê de Acompanhamento Econômico						
Paulo Romi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/1963	28/04/2015	Prazo indeterminado
082.401.568-19	Comitê de Acompanhamento Econômico	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Fundidos e Usinados e Coordenador do Comitê de Imobiliário.						
William dos Reis	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/07/1955	28/04/2015	Prazo indeterminado
017.456.838-01	Comitê de Máquinas para Plástico	Engenheiro Mecânico		28/04/2015	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

N/A

Experiência profissional / Critérios de Independência

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas –SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. É membro do Conselho de Administração desde 2012.

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Bacharel em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP, Bacharel em Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP. Foi Auditor da empresa BDO Directa Auditores S/C e atualmente é Conselheiro Fiscal em Companhias Abertas e empresas de capital fechado ou limitadas e entidades sociais, dentre elas: Cambuci S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S/A, Guerra S/A Implementos Rodoviários, TEKA – Tecelagem Kuering S/A, Schlosser S/A, APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte e Conselheiro de Administração na UTC Participações S/A

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40

formado em engenharia mecânica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com MBA em administração de empresas pela FGV-SP e mestrado em engenharia de produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. É responsável pelas áreas de desenvolvimento da tecnologia de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) e de novos modelos de negócios.

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Foi contratado pela Companhia em janeiro de 2009. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 13 de março de 2012, atua como Diretor.

Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23

Formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Francisco José Levy - 118.982.398-51

Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Análise de Sistemas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Economia empresarial pela Universidade de São Paulo-USP, Mestre em Administração de Empresas pela Boston School (Bank Boston Internal Program) e cursou o Programa de Gestão pela Harvard Business School. Foi Diretor Diretor Executivo e Diretor Estatutário responsável junto a CVM e Banco Central (UBS Advm e UBS Corretora) (ii) Sócio e responsável administrativo e regulatório (CVM) da empresa UBS ADM de Valores e atualmente é sócio e responsável administrativo e regulatório (CVM) da empresa ALLEA WEALTH MANAGEMENT. Foi eleito membro do Conselho de Administração em 2020.

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

Formado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com especialização em Comércio Exterior pela Universidade da Califórnia Los Angeles - USLA. Sua experiência profissional inclui mais de 18 anos de experiência em cargos de gestão, com vivência internacional nas áreas comercial e de engenharia de produtos em empresas do ramo automotivo, mineração/construção e eólico. Ingressou na Companhia em fevereiro de 2015 e é atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia e operações da unidade de fundidos e usinados.

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia . É membro do Conselho de Administração desde 2013.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e Pós-Graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano concluiu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getulio Vargas, após ter estudado na University's Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Cia Hering, Brasil Insurance Corretora de Seguros S.A., Pomifrutas S.A.

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP e Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. É responsável pelas áreas de comercialização e venda de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico) no mercado interno e a assistência técnica e venda de peças para reposição de máquinas Romi (máquinas-ferramenta e para plástico).

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.

Olaf Furtmeier - 000.000.000-00

É CEO da empresa alemã BURKHARDT+WEBER.

Paulo Romi - 082.401.568-19

Paulo Romi - 082.401.568-19

Paulo Romi - 082.401.568-19

Formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.

William dos Reis - 017.456.838-01

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007, permaneceu como Diretor até 2020. Foi responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia de produtos e operações da unidade de máquinas para processamento de plásticos. Atualmente é membro do Comitê de Máquinas para Plástico.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
---	--

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
---	--

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
---	--

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02	
---	--

N/A

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04	
---	--

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04	
---	--

N/A

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50	
---	--

N/A

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40	
---	--

Douglas Pedro de Alcântara - 183.123.778-40	
---	--

N/A

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00	
---------------------------------------	--

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00	
---------------------------------------	--

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00	
---------------------------------------	--

N/A

Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23	
--	--

N/A

Francisco José Levy - 118.982.398-51

N/A

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

N/A

José Carlos Romi - 056.637.218-51

N/A

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

N/A

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

N/A

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

Mauricio Lanzellotti Lopes - 067.549.468-06

N/A

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

N/A

Olaf Furtmeier - 000.000.000-00

N/A

Paulo Romi - 082.401.568-19

Paulo Romi - 082.401.568-19

Paulo Romi - 082.401.568-19

N/A

William dos Reis - 017.456.838-01

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Suzana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	265.639.118-03	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração	057.324.018-30	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Suzana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	265.639.118-03	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	016.341.138-70	Fênix Empreendimentos S.A.		Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Suzana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	265.639.118-03	Fênix Empreendimentos S.A.		
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração	057.324.018-30	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Monica Romi Zanatta Membro do Conselho de Administração.	274.117.138-64	Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Regina Romi Zanatta Membro do Conselho de Administração.	030.178.208-31	Fênix Empreendimentos S.A.		
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração	057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
André Luis Romi Membro do Conselho de Administração.	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Paulo Romi 082.401.568-19 Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V. Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada

Adriana Romi 067.631.108-39 Fênix Empreendimentos S.A.
Membro do Conselho de Administração.

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

José Carlos Romi 056.637.218-51 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63
Membro do Conselho de Administração.

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Américo Emilio Romi Neto 016.334.888-02 Indústrias Romi S.A. 56.720.428/0001-63 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Maria Pia Romi Campos 057.324.458-89 Fenix Empreendimentos S.A. 51.319.358/0001-12
Membro do Conselho de Administração.

Observação

Administrador do emissor ou controlada

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração.	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
André Luis Romi Membro do Conselho de Administração.	089.555.168-35	Fênix Empreendimentos S.A.		
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	016.341.138-70	Fênix Empreendimentos S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração.	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Juliana Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	016.341.138-70	Fênix Empreendimentos S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração.	057.324.018-30	Fênix Empreendimentos S.A.		
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Maria Pia Romi Campos Membro do Conselho de Administração.	057.324.458-89	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
André Luis Romi Membro do Conselho de Administração.	089.555.168-35	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Patrícia Romi Cervone Diretora-Presidente da Diretoria.	067.630.358-70	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Paulo Romi Membro do Conselho de Administração.	082.401.568-19	Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.		
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Patrícia Romi Cervone Diretora-Presidente da Diretoria.	067.630.358-70	Fênix Empreendimentos S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Romeu Romi Diretor-Presidente do Conselho de Administração.	014.770.568-15	Fênix Empreendimentos S.A.		
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Patrícia Romi Cervone Diretora-Presidente da Diretoria.	067.630.358-70	Fênix Empreendimentos S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Adriana Romi Membro do Conselho de Administração.	067.631.108-39	Fênix Empreendimentos S.A.		
Observação				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Romeu Romi Diretor-Presidente do Conselho de Administração.	014.770.568-15	Fênix Empreendimentos S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	----------------------------	--	--

Pessoa relacionada

Adriana Romi Membro do Conselho de Administração.	067.631.108-39	Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12	
--	----------------	----------------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto
Presidente do Conselho de Administração

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Presidente do Conselho de Administração

84.696.814/0001-00

Observação**Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto
Presidente do Conselho de Administração

016.334.888-02

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Fenix Empreendimentos S.A.
Vice Presidente do Conselho de Administração

51.319.358/0001-12

Observação**Administrador do Emissor**

Carlos Guimarães Chiti
Vice-Presidente do Conselho de Administração

048.669.548-41

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Fenix Empreendimentos S.A.
Vice-Presidente da Diretoria

51.319.358/0001-12

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Paulo Romi Membro do Conselho de Administração	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	84.696.814/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor-Presidente da Diretoria.	171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Diretor-Presidente da Diretoria.	84.696.814/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor William dos Reis Diretor Vice-Presidente da Diretoria.	017.456.838-01	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente da Diretoria.

84.696.814/0001-00

Observação**Administrador do Emissor**

Fábio Barbanti Taiar
Diretor.

275.907.618-00

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Diretor.

84.696.814/0001-00

Observação**Administrador do Emissor**

Eugênio Guimarães Chiti
Membro do Conselho de Administração.

057.324.018-30

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Membro do Conselho de Administração.

84.696.814/0001-00

Observação**Exercício Social 31/12/2017****Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto
Presidente do Conselho de Administração.

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.

84.696.814/0001-00

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Presidente do Conselho de Administração. <u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração.	016.334.888-02	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração. <u>Observação</u>	51.319.358/0001-12		
<hr/>			
Administrador do Emissor Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração.	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração. <u>Observação</u>	51.319.358/0001-12		
<hr/>			
Administrador do Emissor José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração.	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria. <u>Observação</u>	51.319.358/0001-12		
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Romi Membro do Conselho de Administração.	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração.	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor-Presidente da Diretoria.	171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Diretor-Presidente da Diretoria.	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
William dos Reis Diretor Vice-Presidente da Diretoria.	017.456.838-01	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Diretor Vice-Presidente da Diretoria.	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fábio Barbanti Taiar Diretor.	275.907.618-00	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Diretor.

84.696.814/0001-00

Observação**Administrador do Emissor**

Eugênio Guimarães Chiti
Membro do Conselho de Administração.

057.324.018-30

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Membro do Conselho de Administração.

84.696.814/0001-00

Observação**Exercício Social 31/12/2016****Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto
Presidente do Conselho de Administração

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.
Presidente do Conselho de Administração

84.696.814/0001-00

Observação**Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto
Presidente do Conselho de Administração.

016.334.888-02

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração.	84.696.814/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Vice-Presidente da Diretoria.	84.696.814/0001-00		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Paulo Romi Membro do Conselho de Administração	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	84.696.814/0001-00		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor Presidente da Diretoria.	171.588.618-64	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Diretor Presidente da Diretoria.	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
William dos Reis Diretor Vice-Presidente da Diretoria.	017.456.838-01	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Diretor Vice-Presidente da Diretoria.	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fábio Barbanti Taiar Diretor.	275.907.618-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Diretor.	84.696.814/0001-00		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00		
Membro do Conselho de Administração.			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia mantém para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, Vigência 15/02/2019 a 15/02/2020, Seguradora Chubb Seguros Brasil S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor R\$ 25.000.000,00.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado as suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da prática de remuneração é a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, através da maximização dos índices de rentabilidade aliado aos níveis requeridos de governança corporativa.

b. Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em Reuniões do Conselho de Administração - RCA e de Comitês (estas aplicáveis somente ao Conselho de Administração).

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em Reuniões do Conselho de Administração - RCA e de Comitês (estas aplicáveis somente ao Conselho de Administração)	Retenção e retribuição pelos serviços prestados levando-se em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa ao reconhecimento pelos resultados atingidos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Honorários e encargos	69,7%	86,4%	82,5%
Participação nos resultados	19,3%	0,0%	5,8%
Participação em RCA e comitês	5,3%	7,4%	5,9%
Previdência privada	2,9%	3,3%	3,4%
Assistência médica	2,8%	2,9%	2,4%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são discutidos e aprovados anualmente, em conformidade com as regras da Assembleia Geral Ordinária.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração oferecida aos administradores pela Companhia é baseada nas melhores práticas de mercado e possui harmonização com os seus objetivos.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item acima, há um elemento (participação nos resultados) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhada com os interesses dos acionistas e investidores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua Diretoria Estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

(a) Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. - os valores a seguir incluem os encargos sociais (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS):

2016 R\$93,6

2017 R\$93,6

2018 R\$93,3

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(b) Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. - os valores a seguir, por serem baixos, não incluem encargos sociais:

2016 R\$2,3

2017 R\$1,8

2018 R\$1,8

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da Administração nos exercícios apresentados.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.572.179,62	4.418.809,07	300.000,00	6.290.988,69
Benefícios direto e indireto	187.232,69	336.778,63	0,00	524.011,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	280.086,43	546.164,84	13.080,00	839.331,27
Descrição de outras remunerações fixas	Outros - R\$ 280.086,43 Encargos Sociais	Outros - R\$ 546.164,84 Encargos Sociais	Outros R\$ 13.080,00 Encargos Sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.524.412,31	4.755.587,69	313.080,00	7.826.251,27

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.083.200,00	3.037.800,00	210.600,00	4.331.600,00
Benefícios direto e indireto	164.871,31	292.850,96	0,00	457.722,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	416.456,13	850.583,99	8.815,20	1.275.855,32

Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 416.456,13 - Encargos Sociais	Outros - R\$ 850.583,99 Encargos Sociais	Outros - R\$ 8.815,20 Encargos Sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	232.650,00	1.318.350,00	0,00	1.551.000,00
Participação em reuniões	423.900,00	0,00	0,00	423.900,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.321.077,44	5.499.584,95	219.415,20	8.040.077,59

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.056.011,00	2.923.097,00	201.605,00	4.180.713,00
Benefícios direto e indireto	132.019,00	259.266,00	0,00	391.285,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	406.003,00	818.467,00	6.256,00	1.230.726,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 406.003,00 - Encargos Sociais	Outros R\$ 818.467,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 6.256 - Encargos sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	461.100,00	0,00	0,00	461.100,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.055.133,00	4.000.830,00	207.861,00	6.263.824,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,75	5,00	3,00	15,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.007.233,00	2.820.000,00	196.728,00	4.023.961,00
Benefícios direto e indireto	115.759,00	248.613,00	0,00	364.372,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	387.249,00	789.600,00	10.771,00	1.187.620,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 387.249,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 789.600 - Encargos sociais	Outros R\$ 10.771,00 - Encargos sociais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	42.000,00	327.000,00	0,00	369.000,00
Participação em reuniões	375.800,00	0,00	0,00	375.800,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	1.928.041,00	4.185.213,00	207.499,00	6.320.753,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração Variável dos Administradores e do Conselho Fiscal	2018	2017	2016
Conselho de Administração	232,650	-	42,000
Diretoria	1,318,350	-	327,000
Conselho Fiscal		-	-
Total	1,551,000	-	369,000

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não aplicável à Companhia.

13.6 - Opções em Aberto

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

<u>Órgão</u>	<u>Qtde ações</u> <u>Emissor</u>	<u>Qtde ações</u> <u>Controladas</u>
	(*)	(**)
Conselho de Administração	8.982.235	893.074
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	253.500	23.238

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

<u>Órgão</u>	<u>Qtde ações</u> <u>Emissor</u>	<u>Qtde ações</u> <u>Controladas</u>
	(*)	(**)
Conselho de Administração	8.982.235	893.074
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	253.500	23.238

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

				2018
a	Órgao	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b	Número de membros (*)	8,00	5,00	13,00
c	Número de membros remunerados (*)	8,00	5,00	
d	Nome do plano	Romiprev	Romiprev	
e	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	1	1
f	Condições para se aposentar antecipadamente	O plano não prevê aposentadoria antecipada. O plano não prevê aposentadoria antecipada.		
g	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 3.767.540,02	R\$ 3.905.768,22	R\$ 7.673.308,24
h	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 47.387,24	R\$ 186.209,51	R\$ 233.596,75
i	Possibilidade de resgate	<p>O participante poderá solicitar o resgate antecipado sob as seguintes circunstâncias:</p> <p>i) No caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito imediatamente pelo beneficiário indicado no plano;</p> <p>ii) No caso do participante que for acometido por doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídas pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia;</p> <p>iii) No caso do participante cujo beneficiário ou pessoas que mantém com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida, também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia.</p> <p>(iv) O saldo das contribuições da Companhia a ser disponibilizado ao participante em razão do disposto nos itens (i) e (ii), corresponderá ao valor das despesas médico-hospitalares e/ou com a aquisição de medicamentos para fins de tratamento devidamente comprovadas.</p>		

(*) O número de membros e o número de membros remunerado foi calculado na forma do disposto do Ofício Circular CVM/SEP Nº 01/2014, que corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	7,75	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.455.427,86	997.418,04	1.038.010,49	330.262,88	295.221,79	280.820,24	73.138,40	69.286,96	78.691,10
Valor da menor remuneração(Reais)	867.526,12	643.640,71	618.278,57	251.237,40	51.844,34	218.598,74	73.138,40	69.286,96	78.691,10
Valor médio da remuneração(Reais)	1.099.916,99	800.165,98	837.042,59	290.134,68	256.891,54	241.005,10	73.138,40	69.286,96	78.691,10

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada. Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício ou que iniciaram seus cargo após o início de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.

Conselho de Administração	
31/12/2016	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada. Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício ou que iniciaram seus cargo após o início de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.

Conselho Fiscal	
-----------------	--

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não aplicável.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**Item 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**

Ano	Órgão	%
2016	Conselho de Administração	55.3%
2016	Diretoria estatutária	0.0%
2017	Conselho de Administração	55.4%
2017	Diretoria estatutária	0.0%
2018	Conselho de Administração	55.4%
2018	Diretoria estatutária	0.0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua diretoria estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

(a) Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. - os valores a seguir incluem os encargos sociais (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS):

2016 R\$93,6

2017 R\$93,6

2018 R\$93,3

(b) Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. - os valores a seguir, por serem baixos, não incluem encargos sociais:

2016 R\$2,3

2017 R\$1,8

2018 R\$1,8

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração nos períodos apresentados.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes estão divulgadas ao longo deste relatório.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**14.1 - Descrição dos recursos humanos**

Quantidade de funcionários por país

	2018	2017	2016
Brasil	1.519	1.453	1.501
México	2	1	1
Itália	6	3	3
França	12	15	15
Inglaterra	15	17	17
Espanha	7	12	12
Alemanha	243	216	216
China	7	5	5
EUA	11	11	11
Total	1.822	1.733	1.781

Quantidade de funcionários por função desempenhada

	2018	2017	2016
Administração	251	237	248
Comercialização	244	239	242
Diretoria	20	20	20
Produção	1.178	1.115	1.148
Tecnologia	129	122	123
Total	1.822	1.733	1.781

Índice de rotatividade

	2018	2017	2016
Total do grupo	5	-3	-8

Total de funcionários terceirizados

	2018	2017	2016
Total do grupo	285	295	322

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

As alterações de recursos humanos ocorridas ao longo do ano de 2018 foram feitas visando a adequação da Companhia aos patamares de demanda de mercado.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. Política de salários e remuneração variável:

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS (PLR):

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, conseqüentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

A distribuição da PLR é feita em múltiplo de Salário Nominal e múltiplo do Piso Salarial e, seu cálculo é fundamentado no conceito de Margem Calculada obtida no ano. São utilizadas 3 (três) tabelas para apuração da Margem Calculada, sendo 1(uma) representando o Geral da Empresa e as outras 2 (duas) representando cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas e Fundidos/Usinados). A quantidade de Salário Nominal e Piso Salarial a ser pago como PLR final, já acrescida dos percentuais referentes às metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela ROMI é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 3 (três) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL:

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Chefe e Gerente), visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O montante a ser pago é um valor determinado pela empresa, com base no orçamento anual. Sua distribuição é feita conforme desempenho de cada Assessor, Chefe e Gerente.

SISTEMA DE INCENTIVO DE VENDAS (SIV):

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulá-los no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o pacote de vendas de máquinas e/ou equipamentos e tabela regressiva de percentuais sobre o valor de vendas.

b. Política de benefícios

RESTAURANTE INTERNO:

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O valor de cada refeição cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

ASSISTÊNCIA MÉDICA:

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: Plano A (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitalares e serviços), Plano B (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitalares e serviços) e Seguro Saúde (oferece os mesmos serviços que o plano com internação em quarto coletivo e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas).

PREVIDÊNCIA PRIVADA (ROMIPREV):

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

CESTA BÁSICA:

Tem por objetivo premiar os funcionários que não se ausentam, e que dessa forma contribuem fortemente para o aumento da produtividade e eficiência. Elevar o bem-estar dos funcionários e seus familiares, concedendo itens de alimentação e limpeza

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

importantes para a saúde e qualidade de vida. Proporcionar economia nos gastos mensais dos funcionários e familiares. Todo funcionário pode optar pela Cesta Básica, assinando o termo de adesão (ou não adesão). O valor de cada cesta básica cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

MATERIAL ESCOLAR:

Tem por objetivo incentivar o estudo e desenvolvimento dos filhos de funcionários da empresa, e proporcionar economia nos gastos anuais dos materiais escolares utilizados. E oferecido aos funcionários que possuem filhos na faixa etária de 06 a 14 anos.

TRANSPORTE DE PESSOAL:

Tem por objetivo o transporte (sem custo) aos funcionários que trabalham em Santa Bárbara d'Oeste, visando contribuir para uma boa pontualidade e assiduidade, bem como motivar e facilitar a locomoção.

OUTROS SERVIÇOS:

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, a expensas dos funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

OBSERVAÇÃO: Informações aplicáveis aos funcionários do Brasil. Para as subsidiárias, aplica-se legislação e condições locais.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores.

É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), dentre outras.

Há funcionários da Companhia, que por convite do sindicato, atualmente exercem cargos de direção sindical.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Américo Emilio Romi Neto						
016.334.888-02	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.530.411	2,435%	0	0,000%	1.530.411	2,435%
Patrícia Romi Cervone						
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	933.505	1,485%	0	0,000%	933.505	1,485%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social						
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	31/01/2019		
Não						
	4.328.275	6,886%	0	0,000%	4.328.275	6,886%
Adriana Romi						
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	933.504	1,485%	0	0,000%	933.504	1,485%
Sandra Maria Romi Cheida						
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	933.505	1,485%	0	0,000%	933.505	1,485%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fenix Empreendimentos S.A.						
51.319.358/0001-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	17/06/2019		
Não						
	11.166.202	17,764%	0	0,000%	11.166.202	17,764%
Paulo Romi						
082.401.568-19	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	933.505	1,485%	0	0,000%	933.505	1,485%
Romeu Romi						
014.770.568-15	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.272.632	2,025%	0	0,000%	1.272.632	2,025%
André Luis Romi						
089.555.168-35	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.530.412	2,435%	0	0,000%	1.530.412	2,435%
Anna Maria de Toledo Romi						
262.179.248-03	Brasileira-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	159.398	0,254%	0	0,000%	159.398	0,254%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Juliana Guimarães Chiti						
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.937.504	3,082%	0	0,000%	1.937.504	3,082%
Maria Pía Romi Campos						
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.530.412	2,435%	0	0,000%	1.530.412	2,435%
Eugênio Guimarães Chiti						
057.324.018-30	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.937.504	3,082%	0	0,000%	1.937.504	3,082%
Frederico Romi						
052.111.018-12	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	933.505	1,485%	0	0,000%	933.505	1,485%
José Carlos Romi						
056.637.218-51	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.530.412	2,435%	0	0,000%	1.530.412	2,435%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Carlos Guimarães Chiti						
048.669.548-41	Brasileiro-SP	Sim	Não	17/06/2019		
Não						
	1.937.503	3,082%	0	0,000%	1.937.503	3,082%
OUTROS						
	29.329.458	46,660%	0	0,000%	29.329.458	46,660%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 04/08/2016						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	62.857.647	100,000%	0	0,000%	62.857.647	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Adriana Romi					
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
1.544.726	5,118	0	0,000	1.544.726	5,118
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Américo Emilio Romi Neto					
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015	
Não					
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Ana Regina Romi Zanatta					
030.178.208-31	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
Não					
1.940.010	6,428	0	0,000	1.940.010	6,428
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
André Luis Romi					
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015	
Não					
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Anna Maria de Toledo Romi					
262.179.248-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
70.949	0,235	0	0,000	70.949	0,235
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
Claudia Miriam Romi						
693.710.916-49	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
1.940.000	6,428	0	0,000	1.940.000	6,428	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Daniel Furlan Romi						
175.718.228-40	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
73	0,001	0	0,000	73	0,001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Eugênio Guimarães Chiti						
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Fernando Romi Zanatta					
225.651.668-77	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
Não					
63	0,001	0	0,000	63	0,001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Frederico Romi					
052.111.018-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Giordano Romi - Espólio					
014.766.888-34	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
Não					
269.507	0,893	0	0,000	269.507	0,893
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
Giordano Romi Junior						
030.367.578-05	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
1.940.073	6,428	0	0,000	1.940.073	6,428	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
José Carlos Romi						
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Juliana Guimarães Chiti						
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
2.601.244	8,619	0	0,000	2.601.244	8,619	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
Maria Pia Romi Campos						
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652	0	0,000	2.007.557	6,652	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Patrícia Romi Cervone						
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Paulo Romi						
082.401.568-19	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
235.645	0,781	0	0,000	235.645	0,781
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Sandra Maria Romi Cheida					
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
1.544.727	5,118	0	0,000	1.544.727	5,118
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Suzana Guimarães Chiti					
265.639.118-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
226.496	0,750	0	0,000	226.496	0,750
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
30.180.410	100,000	0	0,000	30.180.410	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundação Petrobrás de Seguridade Social				34.053.942/0001-50		
OUTROS						
4.328.275	100,000	0	0,000	4.328.275	100,000	
TOTAL						
4.328.275	100,000	0	0,000	4.328.275	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

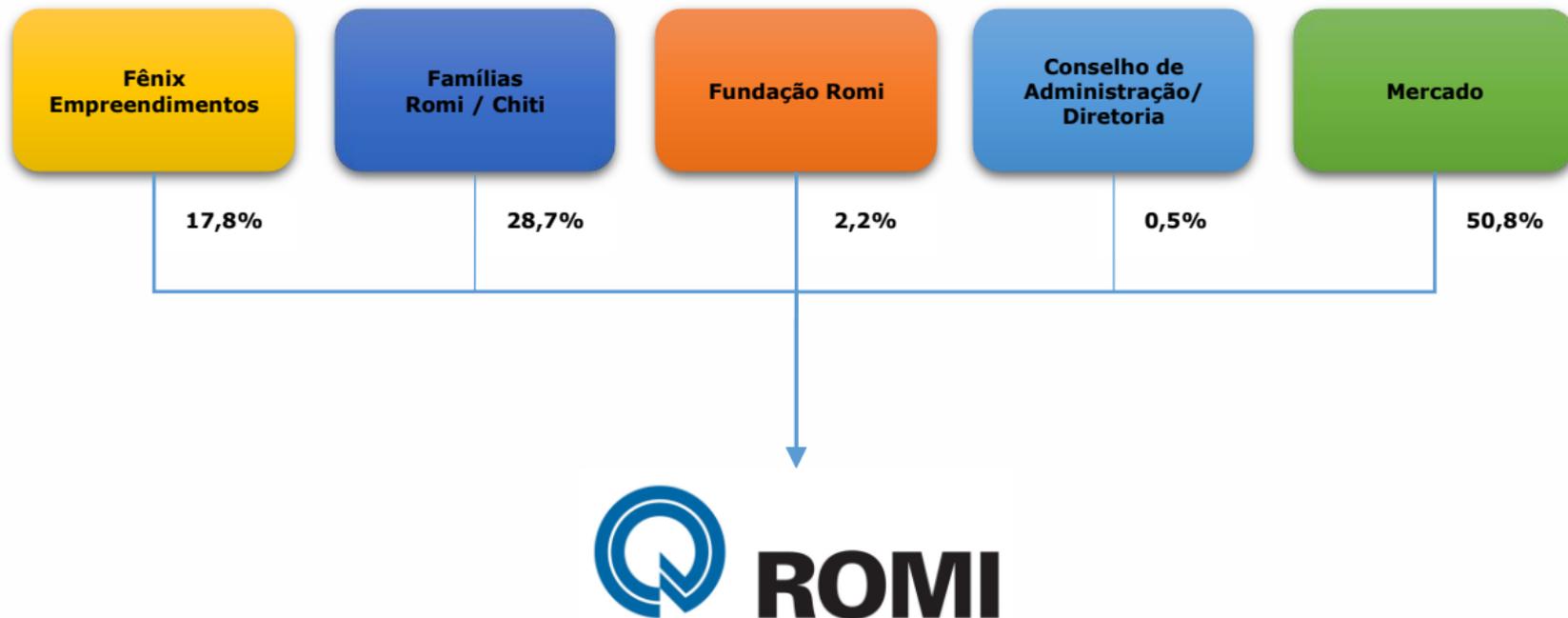
Data da última assembleia / Data da última alteração	19/03/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	9.288
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	68
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	106

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	29.455.637	46,861%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	29.455.637	46,861%

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



Nota: Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti. As ações atribuídas ao Conselho de Administração e Diretoria não incluem a participação dos Administradores que são membros das famílias Romi e Chiti.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

ACORDO DE VOTOS ENTRE OS ACIONISTAS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CELEBRADO ENTRE

JULIANA GUIMARÃES CHITI, CARLOS GUIMARÃES CHITI, EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, FLORA SANS ROMI, AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, JOSÉ CARLOS ROMI, MARIA PIA ROMI CAMPOS, ANDRÉ LUÍS ROMI, ROMEU ROMI, ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, FREDERICO ROMI, PAULO ROMI, PATRICIA ROMI CERVONE, ADRIANA ROMI E FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

COMO ACIONISTAS CONTRATANTES E

INDÚSTRIAS ROMI S.A.,

COMO INTERVENIENTE ANUENTE

DATADO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**ACORDO DE VOTOS ENTRE OS ACIONISTAS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

FLORA SANS ROMI, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39;

todos domiciliados na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na Cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO QUE os Acionistas Contratantes manifestaram seu interesse em, através do presente Acordo de Votos ("Acordo"), regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares.

Os Acionistas Contratantes firmam o presente Acordo, o que fazem de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Acionistas Contratantes firmam o presente Acordo, com a finalidade de regular o exercício de seus direitos de voto inerentes à propriedade das Ações (conforme definido na Cláusula Segunda abaixo).

CLÁUSULA SEGUNDA

Os Acionistas Contratantes declaram-se proprietários, nesta data, de ações ordinárias constitutivas do capital de Romi, emitidas na forma escritural e mantidas em conta de depósito no Banco Bradesco S.A., nas quantidades constantes do Anexo I ("Ações").

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente Acordo vincula os Acionistas Contratantes, de modo a englobar a totalidade das Ações relacionadas no Anexo I deste Acordo, assim como todas as ações resultantes de subscrições, do exercício do direito de preferência relativo às Ações ou, ainda, da conversão ou permuta em Ações, bem como de desdobramentos, grupamentos, fusões, cisões, incorporações, bonificações, dividendos, capitalização de lucros ou de correção monetária, ou, ainda, valores mobiliários com direito à subscrição ou que sejam conversíveis em ações, decorrentes de qualquer modo das Ações, bem como decorrentes das situações previstas na Cláusula Terceira, devendo o Anexo I também ser atualizado por ocasião de quaisquer destas movimentações.

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

CLÁUSULA TERCEIRA

Os Acionistas Contratantes acordam que o presente Acordo abrangerá, também: (i) as Ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de Ações Romi; ou (ii) as Ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos Acionistas Contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão “causa mortis”; ou (b) aos próprios Acionistas Contratantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso o acionista de Fênix (hipótese ‘i’ da Cláusula Terceira acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos Acionistas Contratantes (hipótese ‘ii’ da Cláusula Terceira acima) que receba as Ações não seja um dos Acionistas Contratantes, eles estarão obrigados a aderir ao presente Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos na forma constante no Anexo II, cabendo ao Acionista Contratante que ceder as Ações a obrigação de dar ciência ao acionista que receberá as Ações quanto à necessidade de adesão ao presente Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que ocorrer alguma transferência no âmbito da Cláusula Terceira deste Acordo, deverá ser providenciado pelo Secretário do Acordo, conforme eleito nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I, de modo a evidenciar a vinculação, também, das ações transferidas, bem como a sua titularidade.

CLÁUSULA QUARTA

Os Acionistas Contratantes reconhecem expressamente as vantagens de criar mecanismos destinados a assegurar sua posição homogênea no capital social da Romi, em especial no relacionamento uníssono com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de Ações que assegure aos Acionistas Contratantes o exercício conjunto do poder político detido na Romi.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Acionistas Contratantes concordam, nessas condições, que, a partir desta data e durante a vigência do presente Acordo, os Acionistas Contratantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Romi.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para assegurar a implementação do disposto no Parágrafo Primeiro, acima, fica expressamente estipulado que, sendo convocada assembleia geral de acionistas da Romi, os Acionistas Contratantes deverão se reunir em reunião prévia, no município de Santa Bárbara d’Oeste-SP, ou em outro local escolhido de comum acordo por todos os Acionistas Contratantes, para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia, mediante convocação a ser enviada por qualquer dos Acionistas Contratantes ou pelo Secretário do Acordo, na forma prevista no Parágrafo Décimo, abaixo (“Reunião Prévia”).

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

PARÁGRAFO TERCEIRO - A primeira convocação da Reunião Prévia deverá ser feita até o primeiro dia útil imediatamente seguinte à data da primeira convocação da assembléia geral da Romi, e a Reunião Prévia deverá ser realizada com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data da referida assembleia.

PARÁGRAFO QUARTO - A Reunião Prévia em primeira convocação será instalada com a presença de Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações. Caso o quórum mínimo de instalação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações não seja alcançado em primeira convocação, uma nova Reunião Prévia será automaticamente convocada para se realizar no dia seguinte àquela em que a Reunião Prévia deveria ter sido realizada, sendo neste caso instalada a Reunião Prévia com qualquer quórum de presença.

PARÁGRAFO QUINTO - As deliberações dos Acionistas Contratantes serão tomadas por maioria de votos dos presentes à Reunião Prévia, considerada a quantidade de Ações detida pelos presentes, ficando, no entanto, entendido que, uma vez aprovada, a posição majoritária será vinculativa para todos os Acionistas Contratantes, ainda que qualquer deles tenha estado ausente à citada Reunião Prévia, e independentemente do voto específico que, naquela reunião, tenha proferido.

PARÁGRAFO SEXTO - Admite-se a representação nas Reuniões Prévias por procurador, com poderes especiais expressamente previstos para tal fim, desde que a pessoa nomeada seja um dos outros Acionistas Contratantes signatários deste Acordo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para os efeitos do presente Acordo, os Acionistas Contratantes se comprometem e se obrigam a comparecer em todas as assembleias gerais da Romi, exercendo o direito de voto tão somente na forma que tiver sido deliberada na Reunião Prévia especialmente convocada com a finalidade de decidir o modo como os Acionistas Contratantes exercerão seu direito de voto na respectiva assembleia geral da Romi.

PARÁGRAFO OITAVO – Os Acionistas Contratantes, pelo presente instrumento, conferem poderes ao Secretário do Acordo para, em seus nomes, ao término de cada Reunião Prévia, substabelecer poderes para um ou mais procuradores, para que, agindo de modo isolado, estes compareçam às assembleias gerais da Romi e votem em nome de cada Acionista Contratante, conforme acordado na Reunião Prévia. Tal procurador deverá necessariamente ser um dos demais Acionistas Contratantes, um dos administradores da Romi ou advogado, e o instrumento de procuração deverá conter a orientação de voto e ser específico para cada ato a ser praticado, em conformidade com o quanto disposto no parágrafo primeiro do artigo 126 da lei 6.404/76.

PARÁGRAFO NONO - As obrigações contraídas no presente Acordo não poderão ser invocadas pelos Acionistas Contratantes para eximir qualquer dos Acionistas Contratantes de sua responsabilidade legal no exercício do direito de voto.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações deverão nomear, anualmente, um secretário para o Acordo (“Secretário do Acordo”), com a função específica de informar os Acionistas Contratantes a respeito das matérias a serem tratadas na ordem do dia das Reuniões Prévias, convocar tais Reuniões Prévias, registrar as deliberações, bem como zelar pelo cumprimento deste Acordo. O Ato de eleição do secretário do Acordo deverá estipular as atribuições e responsabilidades do secretário.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A qualquer tempo, os Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações poderão destituir o Secretário do Acordo, sendo que, ocorrendo esta hipótese, um novo Secretário do Acordo deverá ser imediatamente nomeado.

CLÁUSULA QUINTA

Obrigam-se os Acionistas Contratantes a cumprir, e a fazer cumprir, integralmente tudo o que é pactuado entre si no presente Acordo, pelo que reconhecem e afirmam ser nula e ineficaz, entre eles, perante a Romi e perante terceiros, qualquer atitude e/ou medida que tomarem em discordância com o ora pactuado e/ou que represente violação às obrigações assumidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as obrigações ora assumidas pelos Acionistas Contratantes o são em caráter irrevogável e irretratável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As obrigações assumidas neste Acordo serão objeto de execução específica por qualquer dos Acionistas Contratantes, nos termos do artigo 118, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas. Os Acionistas Contratantes não renunciam a qualquer ação ou providência (inclusive a cobrança de perdas e danos) a que tenham direito a qualquer tempo. Os Acionistas Contratantes expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais, quando aplicável, e decisões arbitrais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - De modo a preservar, promover e maximizar o valor das Ações, os Acionistas Contratantes se obrigam a zelar e fazer zelar pela boa imagem da Romi e da sua Administração, perante todas as partes relacionadas, em especial, mas não limitado a, acionistas, investidores, financiadores, clientes, fornecedores, funcionários, comunidade, autoridades constituídas, governo, imprensa, redes sociais, internet, dentre outras.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo da obrigação de reparar por perdas e danos, o Acionista Contratante que infringir o presente Acordo estará sujeito, enquanto perdurar a infração, a uma multa diária desde a data da infração, no valor equivalente a 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre a totalidade das suas Ações, pelo valor de mercado da Ação, conforme listado em bolsa, de acordo com a média, ponderada pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões em que tenha havido negócios com ações da Romi. De todo modo, o valor total de qualquer multa estará limitado, por evento, a 10% (dez por cento) de tal participação.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

CLÁUSULA SEXTA

Este Acordo obriga igualmente os sucessores e cessionários dos Acionistas Contratantes, a qualquer tempo e título.

CLÁUSULA SÉTIMA

Excetuadas as hipóteses previstas na Cláusula Terceira, a Alienação de Ações para terceiros não enseja a adesão destes terceiros ao presente Acordo, devendo ser providenciado pelo Secretário do Acordo o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I, de modo a excluir tais Ações do Acordo. Para fins deste Acordo, o termo “Alienação” (assim como a palavra “Alienar”) significa vender, permutar, doar (exceto aos seus ascendentes e/ou descendentes diretos e cônjuges), conferir ao capital, mutuar, ou por qualquer outra forma ceder (inclusive ceder o direito de preferência e o direito de subscrição), alienar ou transferir a posse ou titularidade das Ações, ou de direitos econômicos delas derivados, a qualquer título, de forma direta ou indireta, de forma voluntária ou involuntária, gratuita ou onerosa, ou, ainda, prometer praticar quaisquer uns dos referidos atos, ou dar em penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, ou usufruto (exceto se em benefício próprio ou de seu cônjuge), seja a que título for.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Acionista Contratante que, de qualquer forma, Alienar a totalidade das suas Ações, ficará automaticamente desvinculado deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não serão permitidas desvinculações ao presente Acordo nos 30 (trinta) dias anteriores ou nos 30 (trinta) dias seguintes à data de uma assembleia geral de acionistas da Romi.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Exceto quando a Alienação implicar transferência da titularidade das Ações, nos termos deste Acordo, os Acionistas Contratantes não poderão ceder ou transferir o direito de voto das Ações a terceiros não vinculados ao presente Acordo, sendo nulos os instrumentos celebrados em desacordo com o previsto neste parágrafo, devendo a Companhia abster-se de registrá-los. Desta maneira, os Acionistas Contratantes estipulam que, em caso de oneração das Ações, deverá o Acionista Contratante necessariamente preservar o direito de voto das Ações oneradas; e na hipótese de aluguel das Ações, o locatário destas Ações deverá aderir ao Acordo.

CLÁUSULA OITAVA

Obrigam-se os Acionistas Contratantes a providenciar o arquivamento do presente Acordo, bem como das suas eventuais alterações ou aditamentos, inclusive do seu Anexo I, na sede da Companhia, que se obriga a observá-lo, rigorosamente, em todos os termos e condições, razão pela qual o assina na qualidade de interveniente anuente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cada um dos Acionistas Contratantes terá o direito de requerer ao Presidente da Assembleia Geral da Romi que declare a invalidade do voto proferido contra disposição expressa neste Acordo.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

CLÁUSULA NONA

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de sua assinatura, somente podendo ser alterado mediante outro instrumento contendo a anuência de todos os Acionistas Contratantes, que igualmente não poderão firmar entre si documentos que conflitem sob qualquer forma com as obrigações contraídas através do presente Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA

Se qualquer disposição contida neste Acordo for considerada inválida, ilegal ou inexecutável, sob qualquer aspecto, a validade, legalidade ou executabilidade das outras disposições contidas neste Acordo não será afetada ou prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Este Acordo estabelece o acordo integral entre as partes em relação ao seu objeto, substituindo qualquer outro acordo, contrato, promessa, convenção, comunicação ou declaração, verbal ou por escrito, anteriormente havido por qualquer das partes em relação à matéria aqui tratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os Acionistas Contratantes deverão emendar os seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias e disputas que surgirem do presente Acordo, inclusive com relação à aplicação de penalidades e/ou indenizações. Ocorrendo qualquer controvérsia, qualquer dos Acionistas Contratantes nela envolvida deverá encaminhar ao outro Acionista Contratante ou aos outros Acionistas Contratantes envolvidos na controvérsia notificação escrita com o propósito de manter negociações amigáveis e de boa-fé a fim de resolvê-la no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação. Os Acionistas Contratantes concordam que em caso de insucesso da tentativa de resolver as controvérsias amigavelmente, as controvérsias deverão ser solucionadas exclusivamente por arbitragem, que será final, conclusiva e obrigará os Acionistas Contratantes, seus sucessores e cessionários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A arbitragem será conduzida no idioma português, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em local a ser definido pelo juízo arbitral, que decidirá de acordo com as leis do Brasil, em processo instaurado e conduzido de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado (“Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado”) em vigor na data de assinatura do presente instrumento. Caso as regras procedimentais do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório e/ou declaratório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

PARÁGRAFO TERCEIRO – O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, tendo cada um dos Acionistas Contratantes em disputa o direito de nomear 1 (um) árbitro cada um. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. O terceiro árbitro, que será também o presidente do juízo arbitral, será escolhido em conjunto pelos árbitros nomeados pelos Acionistas Contratantes. Na hipótese de qualquer dos Acionistas Contratantes deixar de nomear seu árbitro, ou de os árbitros indicados pelos Acionistas Contratantes da controvérsia não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, o árbitro será designado segundo as regras do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar aludido impasse.

PARÁGRAFO QUARTO - A decisão arbitral será dada por escrito e será devidamente fundamentada, com a descrição sumária dos fatos levados em consideração para a decisão e a indicação de sua base legal. A decisão arbitral será final e imediatamente executável nos termos da lei em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - Cada Acionista Contratante será responsável, antes de proferida a decisão arbitral, por seus respectivos custos e despesas incorridos durante a arbitragem (o que inclui, sem limitação, honorários e despesas de advogados). Uma vez proferida a decisão arbitral, os custos deverão ser suportados pela parte vencida.

PARÁGRAFO SEXTO - O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, serão considerados confidenciais, não sendo admitida nenhuma publicidade, exceto na medida em que seja exigido pela lei em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sentença arbitral a ser prolatada pelo tribunal arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes da controvérsia, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

PARÁGRAFO OITAVO - Não obstante as disposições contidas nesta cláusula, os Acionistas Contratantes não estão impedidos de recorrer ao Poder Judiciário para: (i) a obtenção de medidas cautelares (ou qualquer outro recurso que não possa ser obtido no âmbito da legislação de arbitragem brasileira), de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, as quais prevalecerão somente até que sejam reapreciadas pelo tribunal arbitral, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes da controvérsia; (ii) assegurar a instituição da arbitragem; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, e (iv) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Para as medidas aqui previstas, fica desde já eleito o foro da cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. A necessidade de interposição de qualquer medida cautelar ou qualquer outro recurso estabelecido nesta cláusula perante autoridade judicial não deverá ser considerada como incompatível com a eleição da arbitragem nem deverá representar uma renúncia por qualquer parte a quaisquer disposições desta cláusula. Quaisquer pedidos ou medidas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

implementadas pela autoridade judicial deverão ser notificadas sem demora ao tribunal arbitral, se já constituído, pela parte requerente de tal medida.

E, assim justas e convencionadas, assinam o presente Acordo em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 5 de novembro de 2012

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Flora Sans Romi

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria de Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

Patricia Romi Cervone

Carlos Guimarães Chiti

**Indústrias Romi S.A.
INTERVENIENTE ANUENTE**

Livaldo Aguiar dos Santos

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome: Maria José Cerchiaro
RG nº: 9.410.237-5

Nome: Rosa Maria Bacchin dos Santos
RG nº: 15.614.392

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Anexo I

Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,
celebrado em 5 de novembro de 2012

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	558.466
Eugenio Guimarães Chiti	558.467
Juliana Guimarães Chiti	558.467
Flora Sans Romi	763.967
Américo Emílio Romi Neto	275.124
André Luis Romi	275.124
José Carlos Romi	275.124
Maria Pia Romi Campos	275.124
Romeu Romi	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121.786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576
Frederico Romi	114.576
Patrícia Romi Cervone	114.576
Paulo Romi	114.576
Adriana Romi	114.576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

<u>Anexo II – Termo de Adesão ao Acordo de Votos de Indústrias Romi S.A.</u>
--

Pelo presente instrumento, [inserir nome do terceiro aderente], [inserir qualificação], doravante denominado simplesmente “Declarante”, vem, por meio deste Termo de Adesão ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., firmado em 5 de novembro de 2012 (“Acordo”), aderir, integralmente e sem quaisquer ressalvas, ao Acordo e assumir expressa e pessoalmente responsabilidade pelo cumprimento das regras constantes do referido Acordo, cujos termos o Declarante declara conhecer em sua íntegra, obrigando-se a pautar suas ações na Companhia sempre em conformidade com tais regras, sujeitando-se, ainda, às multas e penalidades cabíveis nos termos do referido Acordo pelo seu descumprimento. O Declarante compromete-se tanto pelas obrigações a ele diretamente atribuíveis, como a fazer com que a Companhia cumpra os deveres estabelecidos no Acordo.

O Declarante firma o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[inserir local e data de assinatura]

[inserir nome do(s) Declarante(s)]

Testemunhas:

1.
Nome:
RG:

2.
Nome:
RG:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte
PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.,
CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

FLORA SANS ROMI, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que, em 5 de novembro de 2012, os **ACIONISTAS CONTRATANTES** firmaram o Acordo de Votos ("Acordo") para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares;

CONSIDERANDO que a acionista **FLORA SANS ROMI** doou a totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, para seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, nos termos do Instrumento Particular de Doação de Ações datado de 5 de maio de 2015;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

CONSIDERANDO que tendo em vista a doação acima referida e o disposto na Cláusula Terceira – Parágrafo Segundo do Acordo, os ACIONISTAS CONTRATANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, para refletir a doação efetuada,

RESOLVEM, as Partes, firmar o presente Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), em conformidade com os termos e condições a seguir:

Cláusula 1ª: Tendo em vista a doação efetuada por Flora Sans Romi da totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, aos seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, o quadro de ações do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

Cláusula 2ª: Em decorrência da mencionada doação, Flora Sans Romi retira-se do Acordo, sendo lhe dado plena e total quitação de suas obrigações perante o Acordo e os ACIONISTAS CONTRATANTES remanescentes.

Cláusula 3ª: O presente Aditivo retroage os seus efeitos à data de 5 de maio de 2015, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

Cláusula 4ª: Os Acionistas Contratantes autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros necessários referentes à doação efetuada.

Cláusula 5ª: Exceto quanto à alteração ora prevista, todas as demais disposições do Acordo de Votos permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de junho de 2015

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Flora Sans Romi

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

Patricia Romi Cervone

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

**Indústrias Romi S.A.
INTERVENIENTE ANUENTE**

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Maria José Cerchiaro
RG nº: 9.410.237-5

Rosa Maria Bacchin dos Santos
RG nº: 15.614.392

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,
celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	558.466
Eugenio Guimarães Chiti	558.467
Juliana Guimarães Chiti	558.467
Américo Emílio Romi Neto	466.115
André Luís Romi	466.116
José Carlos Romi	466.116
Maria Pia Romi Campos	466.116
Romeu Romi	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121.786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576
Frederico Romi	114.576
Patrícia Romi Cervone	114.576
Paulo Romi	114.576
Adriana Romi	114.576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**SEGUNDO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.,
CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja**Parte**

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP -304), km 141,5, sala 2, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 5 de novembro de 2012 os **ACIONISTAS CONTRATANTES** firmaram o Acordo de Votos, para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares, alterado em 29/06/2015 através do Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos (em conjunto, "Acordo");

CONSIDERANDO que em 20 de agosto de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária da Fênix aprovou a redução de seu capital social com restituição a seus acionistas de ações da Companhia ("Operação Societária Fênix"), considerada efetiva a partir de 22 de outubro de 2018, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ações estas vinculadas ao Acordo e listadas em seu Anexo I ("Ações Transferidas");

CONSIDERANDO que os novos titulares das Ações Transferidas são **ACIONISTAS CONTRATANTES** e demais acionistas da Fênix não caracterizados como **ACIONISTAS CONTRATANTES**, sendo que estes últimos não possuem interesse em aderir ao presente Acordo, entendendo os **ACIONISTAS CONTRATANTES**, para esse fim, necessário ajustar a redação da Cláusula Terceira do Acordo, cujo teor não prevê tal possibilidade;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atualização do Anexo I do Acordo, para refletir a Operação Societária Fênix, considerando as alterações referentes às Ações Transferidas, seja quanto à transferência a novos titulares, seja quanto à exclusão de ações cujos novos titulares não aderiram ao Acordo;

RESOLVEM, as Partes, firmar o presente Segundo Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

1. Os **ACIONISTAS CONTRATANTES** decidem alterar o Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira, tornando facultativa a adesão ao Acordo por acionista que receba Ações, conceituadas na Cláusula Segunda do Acordo ("Ações"), ajustando, conseqüentemente e pelo mesmo motivo, a redação do Parágrafo Segundo, passando a referida cláusula a vigorar com a seguinte redação:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

“CLÁUSULA TERCEIRA

Os Acionistas Contratantes acordam que o presente Acordo abrangerá, também: (i) as Ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de Ações Romi; ou (ii) as Ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos Acionistas Contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão “causa mortis”; ou (b) aos próprios Acionistas Contratantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso o acionista de Fênix (hipótese ‘i’ da Cláusula Terceira acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos Acionistas Contratantes (hipótese ‘ii’ da Cláusula Terceira acima) que receba as Ações não seja um dos Acionistas Contratantes, poderão aderir ao presente Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos na forma constante no Anexo II.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que ocorrer alguma transferência no âmbito da Cláusula Terceira deste Acordo, deverá ser providenciado pelo Secretário do Acordo, conforme eleito nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I.”

2. A Operação Societária Fênix resultou na transferência de 3.999.998 Ações de titularidade da Fênix, sendo:

2.1. 3.162.870 para os ACIONISTAS CONTRATANTES (exceto Fênix), da seguinte forma: 344.760 a Carlos Guimarães Chiti, 344.760 a Juliana Guimarães Chiti, 344.760 a Eugenio Guimarães Chiti, 266.074 a Américo Emílio Romi Neto, 266.074 a José Carlos Romi, 266.074 a Maria Pia Romi Campos, 266.074 a André Luis Romi, 31.231 a Romeu Romi, 9.403 a Anna Maria de Toledo Romi, 204.732 a Sandra Maria Romi Cheida, 204.732 a Frederico Romi, 204.732 a Paulo Romi, 204.732 a Patrícia Romi Cervone e 204.732 a Adriana Romi; e

2.2. 837.128 Ações de titularidade da Fênix para os demais acionistas da Fênix não caracterizados como ACIONISTAS CONTRATANTES, os quais não aderem ao Acordo, da seguinte forma: 30.019 a Suzana Guimarães Chiti, 35.719 a Giordano Romi (Espólio), 257.121 a Cláudia Miriam Romi, 257.122 a Ana Regina Romi Zanatta, 257.130 a Giordano Romi Júnior, 9 a Daniel Romi Furlan e 8 a Fernando Romi Zanatta, passando, portanto, tais ações a serem desvinculadas do Acordo.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

3. O presente instrumento retroage os seus efeitos à data de sua assinatura, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

4. Os ACIONISTAS CONTRATANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.

5. Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 22 de outubro de 2018

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte
Fênix Empreendimentos S.A

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

Indústrias Romi S.A.
INTERVENIENTE ANUENTE

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,
celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	903.226
Eugenio Guimarães Chiti	903.227
Juliana Guimarães Chiti	903.227
Américo Emílio Romi Neto	732.189
André Luís Romi	732.190
José Carlos Romi	732.190
Maria Pia Romi Campos	732.190
Romeu Romi	1.178.938
Anna Maria de Toledo Romi	131.189
Sandra Maria Romi Cheida	319.308
Frederico Romi	319.308
Patrícia Romi Cervone	319.308
Paulo Romi	319.308
Adriana Romi	319.308
Fênix Empreendimentos S.A.	23.166.192

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**TERCEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.,
CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

JULIANA GUIMARÃES CHITI, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

CARLOS GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

JOSÉ CARLOS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

MARIA PIA ROMI CAMPOS, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

ANDRÉ LUÍS ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

ROMEU ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

SANDRA MARIA ROMI CHEIDA, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

FREDERICO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

PAULO ROMI, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

PATRÍCIA ROMI CERVONE, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ADRIANA ROMI, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja**Parte**

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A., CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rodovia Luís de Queiroz (SP -304), km 141,5, sala 2, na Cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

INDÚSTRIAS ROMI S.A., sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

CONSIDERANDO que em 5 de novembro de 2012 os **ACIONISTAS CONTRATANTES** firmaram o Acordo de Votos, para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares, alterado em 29/06/2015 e 22/10/2018, através do Primeiro e Segundo Aditivos ao Acordo de Votos, respectivamente (em conjunto, "Acordo");

CONSIDERANDO que em 15 de abril de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária da Fênix aprovou a redução de seu capital social com restituição a seus acionistas de ações de emissão da Romi ("Operação Societária Fênix"), considerada efetiva a partir de 17 de junho de 2019, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ações estas vinculadas ao Acordo e listadas em seu Anexo I ("Ações Transferidas");

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atualização do Anexo I do Acordo, para refletir a Operação Societária Fênix, seja quanto à transferência a novos titulares, seja quanto à exclusão de ações cujos novos titulares não aderiram ao Acordo;

RESOLVEM, as Partes, firmar o presente Terceiro Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei das S.A., em conformidade com os termos e condições a seguir:

1. A Operação Societária Fênix resultou na transferência de 11.999.990 Ações de emissão da Romi, de titularidade da Fênix, sendo:

1.1. 9.488.606 para os **ACIONISTAS CONTRATANTES** (exceto Fênix), da seguinte forma: 1.034.277 a Carlos Guimarães Chiti, 1.034.277 a Juliana Guimarães Chiti, 1.034.277 a Eugenio Guimarães Chiti, 798.222 a Américo Emílio Romi Neto, 798.222 a José Carlos Romi, 798.222 a Maria Pia Romi Campos, 798.222 a André Luis Romi, 93.694 a Romeu Romi, 28.209 a Anna Maria de Toledo Romi, 614.197 a Sandra Maria Romi Cheida, 614.197 a Frederico Romi, 614.197 a Paulo Romi, 614.197 a Patrícia Romi Cervone e 614.196 a Adriana Romi; e

1.2. 2.511.384 Ações de titularidade da Fênix para os demais acionistas da Fênix não caracterizados como **ACIONISTAS CONTRATANTES**, os quais não aderem ao Acordo, da seguinte forma: 90.056 a Suzana Guimarães Chiti, 107.158 a Giordano Romi (Espólio), 771.361 a Claudia Miriam Romi, 771.365 a Ana Regina Romi Zanatta, 771.390

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a Giordano Romi Júnior, 29 a Daniel Romi Furlan e 25 a Fernando Romi Zanatta, passando, portanto, tais ações a serem desvinculadas do Acordo.

Desta forma, o quadro de ações constante do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

2. O presente instrumento retroage os seus efeitos à data de sua assinatura, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

3. Os ACIONISTAS CONTRATANTES autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros e transferências necessários referentes ao presente instrumento.

4. Exceto quanto às alterações previstas neste instrumento, todas as demais disposições do Acordo permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 17 de junho de 2019

Carlos Guimarães Chiti

Juliana Guimarães Chiti

Eugênio Guimarães Chiti

Américo Emílio Romi Neto

José Carlos Romi

Maria Pia Romi Campos

André Luís Romi

Romeu Romi

Anna Maria Toledo Romi

Sandra Maria Romi Cheida

Frederico Romi

Paulo Romi

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Patricia Romi Cervone

Adriana Romi

Fênix Empreendimentos S.A

José Carlos Romi

Carlos Guimarães Chiti

**Indústrias Romi S.A.
INTERVENIENTE ANUENTE**

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Fábio Barbanti Taiar

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Terceiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,
celebrado em 5 de novembro de 2012

Anexo I

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

ACIONISTAS CONTRATANTES	AÇÕES ORDINÁRIAS
Carlos Guimarães Chiti	1.937.503
Eugenio Guimarães Chiti	1.937.504
Juliana Guimarães Chiti	1.937.504
Américo Emílio Romi Neto	1.530.411
André Luís Romi	1.530.412
José Carlos Romi	1.530.412
Maria Pia Romi Campos	1.530.412
Romeu Romi	1.272.632
Anna Maria de Toledo Romi	159.398
Sandra Maria Romi Cheida	933.505
Frederico Romi	933.505
Patrícia Romi Cervone	933.505
Paulo Romi	933.505
Adriana Romi	933.504
Fênix Empreendimentos S.A.	11.166.202

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Participação Acionária						
Acionistas	31/12/2018	%	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Conselho de Administração	30.952	0,05%	30.952	0,05%	30.952	0,05%
Diretoria	253.500	0,40%	247.200	0,39%	156.100	0,25%
Controladores	33.117.558	52,69%	33.954.686	54,02%	33.954.686	54,02%
Total	33.402.010	53,14%	34.232.838	54,46%	34.141.738	54,32%
Em circulação	29.455.637	46,86%	28.624.809	45,54%	28.715.909	45,68%
Ações em tesouraria	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total Geral	62.857.647	100,00%	62.857.647	100,00%	62.857.647	100,00%

Em 20 de agosto de 2018 houve a redução do capital social da acionista Fênix Empreendimentos S.A., a qual se deu mediante a entrega aos seus acionistas de 3.999.998 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão de Indústrias Romi S.A.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não houve operações societárias significativas nos períodos apresentados.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, cuja adoção foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de abril de 2014, disponível no site da Companhia através do link: <http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/>

A mencionada política tem como principal objetivo estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses provenientes de tais transações.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundação Romi	19/12/2000	723.447,72	R\$ 0,00	R\$ 723.447,72	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Mantenedora						
Objeto contrato	A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo convênio chancelado pela Promotoria de Justiça.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fenix Empreendimentos S.A.	30/05/2011	152.139,84	R\$ 152.139,84	R\$ 152.139,84	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos à Controladora "Fênix".						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Todas as informações sobre as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse estão demonstrados no Item 16.1 deste formulário.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todos os itens relevantes foram apresentados nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/08/2016	504.988.032,03		62.857.647	0	62.857.647
Tipo de capital	Capital Autorizado				
13/05/2015	0,00		75.000.000	0	75.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/04/2007	RCA	17/04/2007	180.000.000,00	Subscrição pública	12.000.000	0	12.000.000	69,23000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Oferta Pública de Ações								
Forma de integralização		Oferta Pública de Ações								
25/04/2007	RCA	25/04/2007	62.935.785,00	Subscrição pública	4.195.719	0	4.195.719	14,30000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Oferta Pública de Ações								
Forma de integralização		Oferta Pública de Ações								
17/03/2015	AGE	17/03/2015	2.052.247,03	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não efetuou nenhuma das operações em questão durante os períodos apresentados.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não efetuou redução de capital social durante os períodos apresentados.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sim
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>(i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <p>(ii) Direito a participar da distribuição dos lucros;</p> <p>(iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;</p> <p>(iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;</p> <p>(vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e</p> <p>(vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.</p>
Outras características relevantes	Não se aplica à Companhia.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No Estatuto Social da Companhia é estabelecido regras para a realização de oferta pública em seus “CAPÍTULOS”:

- i. VIII - DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO
- ii. “IX - DA OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO SUBSTANCIAL DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA”

Destacamos os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia:

Art. 46 - Caso ocorra a alienação direta ou indireta do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Art. 47 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste artigo 47 (“OPA”), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado e os termos deste artigo. Caso aplicável, o Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 47, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 47. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM ou da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sexto - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do capital total descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, para fins exclusivos deste Artigo 47, é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Nono – Para fins deste artigo 47, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

(i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;

(ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;

(iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

(iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social;

(v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou

(vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.988.522	11,60	7,55	R\$ por Unidade	9,22
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.548.815	10,00	5,42	R\$ por Unidade	7,38
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.017.595	8,09	5,10	R\$ por Unidade	6,87
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	87.706.396	8,94	6,32	R\$ por Unidade	8,01

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.686.631	4,20	1,31	R\$ por Unidade	3,54
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.212.369	4,23	3,43	R\$ por Unidade	3,78
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.388.871	6,40	3,58	R\$ por Unidade	5,15
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	64.273.919	7,83	5,70	R\$ por Unidade	7,20

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.558.347	2,80	1,31	R\$ por Unidade	1,91
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.939.711	3,39	1,97	R\$ por Unidade	2,68
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.583.982	2,81	1,72	R\$ por Unidade	2,24
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.960.134	2,48	1,68	R\$ por Unidade	1,97

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A Companhia tem suas ações em negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável à Companhia nos exercícios reportados.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não aplicável à Companhia nos exercícios apresentados.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
06/04/2016	06/04/2016 à 29/04/2016	115.693.000,00	Ordinária		2.800.000	9,070000	2.800.000	1,85	R\$ por Unidade	100,000000
<p>Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia") comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/02 e ao parágrafo 4º do Artigo 157, da Lei nº 6.404/76, que o seu Conselho de Administração, em reunião nesta data, aprovou programa de aquisição de ações de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social, da Instrução CVM nº 567/15 e das demais disposições legais vigentes. No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 07/04/2016 a 07/04/2017 (365 dias), na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2.235 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011. A quantidade de ações a ser adquirida será de até 2.800.000, representando 9,07% das ações em circulação no mercado, que nesta data totalizam 31.664.459 ações. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.</p>										

28/04/2015	28/04/2015 à 19/01/2016	116.525.000,00	Ordinária		3.100.000	8,920000	3.100.000	1,81	R\$ por Unidade	100,000000
<p>Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social e da Instrução CVM n.º 10/80 e alterações posteriores e das demais disposições legais vigentes.</p> <p>O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.</p> <p>No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 28/04/2015 e 28/04/2016 (360 dias), na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Juscelino Kubistchek, 2.235 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011.</p> <p>A quantidade de ações ordinárias adquiridas foi de até 3.000.000 (três milhões), representando 8,92% das ações ordinárias em circulação no mercado, o custo médio por ação foi de R\$ 1,81.</p>										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2018****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2016**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.756.700	
Quantidade adquirida	3.143.300	1,81
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	5.900.000
Quantidade final	0
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	26/07/2011
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Acionistas controladores, diretos ou indiretos e diretores Conselho de Administração Conselho Fiscal Membros de órgãos estatutários de empresas na qual a Companhia seja única controladora Administradores que se afastarem da administração da companhia durante o prazo de seis meses, contados da data do afastamento. Quaisquer pessoas que, em virtude de cargo ou função, tenha conhecimento de informação relevante Auditores Independes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição Cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar sociedades ou outros intituições ou entidades de que as pessoas impedidas de negociar participem de modo que possam influenciar nas decisões da negociação. qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas nde negociar qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

Principais características e locais de consulta

Esta política tem como objetivo primordial o estabelecimento de elevados padrões de conduta, promovendo a transparência e a equidade nas negociações dos Valores Mobiliários e seus derivativos, de emissão da Companhia.

A Companhia manterá em sua sede a relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição do CNPJ e CPF e os respectivos termos de adesão assinados.

A política está disponível para consulta no site da Companhia através do seguinte link:

<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-de-negociacao/>

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	DOS PERÍODOS DE VEDAÇÃO ÀS NEGOCIAÇÕES - "Períodos de Bloqueio": Nos termos desta Política de Negociação é terminantemente vedado, às Pessoas Vinculadas e a própria Companhia, efetuar Negociações nos seguintes períodos e situações ("Períodos de Bloqueio"): (i) no período de 30 (trinta) dias anteriores e 2 (dois) dias após a divulgação ou publicação das Informações Trimestrais (ITR) e Anuais (DFP) da Companhia; (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar o capital social, de distribuir dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio), bonificação em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e a publicação, pela Companhia, dos respectivos editais ou anúncios; (iii) quando existir pela Companhia a intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) pelas Pessoas Vinculadas, durante o período em que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; (v) no período cuja situação e/ou negócio em curso configure Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado e em que as Pessoas Vinculadas (especialmente empregados, gestores, assessores e consultores externos da Companhia) estejam sujeitas ao dever de guardar sigilo em relação às informações que tiverem acesso de forma privilegiada, em razão do cargo ou posição que ocupam; (vi) durante todo e qualquer Período de Bloqueio declarado pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia não está obrigado a justificar a razão do bloqueio, que deverá ser mantido em absoluto sigilo pelas Pessoas Vinculadas.
--	--

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26/07/2011, cuja alteração foi aprovada na reunião realizada em 28/04/2015.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A política tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas sobre a divulgação de fatos ocorridos no âmbito da Companhia, e que, por suas características, possam ser entendidos como relevante e para o mercado de ações.

A política pode ser consultada na íntegra pelo link:

<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-de-divulgacao/>

Os canais de comunicação utilizados pela Companhia são:

www.valor.com.br/fatosrelevantes

http://www.b3.com.br/pt_br/

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à B3, imediatamente após a sua ciência e análise, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido; divulgar à CVM e à B3 Comunicado ao Mercado, nas situações em que entenda necessário; zelar pela ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação; prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de Ato ou Fato Relevante ou Comunicado ao Mercado; fazer com que a divulgação de ato ou fato relevante, na forma prevista nesta Política de Divulgação, preceda ou seja feita de forma simultânea à veiculação da informação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

É responsabilidade das Pessoas Vinculadas manterem o Diretor de Relações com Investidores da Companhia totalmente informado acerca do desenvolvimento de negócios e acontecimentos significativos da Companhia, que possam vir a ser considerados Ato ou Fato Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.